

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**OS TEUTO-GAÚCHOS NO BAIRRO TRÊS VENDAS - PELOTAS-RS:
UMA ABORDAGEM SOBRE CULTURA, ESPAÇO E LUGAR**

LUIZ FERNANDO GUIMARÃES RÖHNELT

Rio Grande, 2012.

LUIZ FERNANDO GUIMARÃES RÖHNELT

**OS TEUTO-GAÚCHOS NO BAIRRO TRÊS VENDAS - PELOTAS-RS:
UMA ABORDAGEM SOBRE CULTURA, ESPAÇO E LUGAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni

Rio Grande, 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni (Orientadora)

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli

Instituto de Ciências Humanas e da Informação

Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Dr. Adão José Vital da Costa

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira (Suplente)

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal de Pelotas

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado
a todos os que
fizeram parte
de sua construção.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por estar presente durante a minha caminhada.

Aos meus pais e irmãos que sempre me incentivaram aos estudos.

Ao Lucke, por me alegrar nos momentos difíceis.

A minha esposa, Priscila, pelo incondicional apoio durante a minha jornada pessoal e acadêmica.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FURG, pela oferta de um curso público, gratuito e de qualidade.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida.

A minha orientadora, Giancarla Salamoni, pela sua dedicação e incentivo e por todo suporte intelectual.

Aos membros da banca examinadora pelas valiosas contribuições que somaram a este trabalho.

Aos moradores do Bairro Três-Vendas, Pelotas-RS, pelo tempo e atenção dispensados e pela inexorável contribuição a este trabalho de pesquisa.

EPÍGRAFE

“Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte mais feliz, quem sabe
Eu só levo a certeza de que muito pouco eu sei,
E nada sei.”

(Almir Satter e Renato Teixeira)

RESUMO

RÖHNELT, Luiz Fernando Guimarães. **OS TEUTO-GAÚCHOS NO BAIRRO TRÊS VENDAS - PELOTAS-RS: UMA ABORDAGEM SOBRE CULTURA, ESPAÇO E LUGAR**. Dissertação – Mestrado em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni. Rio Grande: FURG, 2012. 120p.

O trabalho de pesquisa apresenta uma análise sobre as expressões culturais dos descendentes de imigrantes alemães e pomeranos – os teuto-gaúchos -, no bairro Três-Vendas, Pelotas/RS. Para tanto, destaca-se a manifestação de caráter cultural e religiosa que contribui, atualmente, para a manutenção dos hábitos e costumes destas etnias, representada pela festa da paróquia ou festa da comunidade, ou seja, o “Kerb”. Alguns aspectos da vida comunitária presentes no bairro Três Vendas possibilitam visualizar uma organização social e cultural cuja formação ocorreu de forma diferenciada daquela que conhecemos como nacional ou brasileira, pois elementos das culturas originárias dos imigrantes alemães e pomeranos foram preservados ao longo das gerações. Por outro lado, também se verificou a assimilação por parte dos teuto-gaúchos, nas representações da cultura nacional, sobretudo, no que se refere ao idioma português, ocorrendo assim, um hibridismo de elementos da cultura dos imigrantes de origem alemã e pomerana com aspectos da cultura brasileira. Enfim, os descendentes desses imigrantes formaram uma identidade teuto-gaúcha a partir do uso da língua alemã ou de dialetos, de festividades típicas (festa do “Kerb”), de atividades esportivas, ou ainda, na culinária. É importante destacar que todos estes elementos são encontrados na Sociedade Recreativa 15 de Julho, que unifica todos os descendentes em torno de um mesmo objetivo – manter e reafirmar a cultura no espaço local.

Palavras-chave: Imigração; alemães; pomeranos; cultura; identidade; festa do “Kerb”

ABSTRACT

RÖHNELT, Luiz Fernando Guimarães. **THE TEUTO-GAÚCHOS IN DISTRICT TRÊS VENDAS - PELOTAS-RS: NA APPROACH ON CULTURE AND SPACE PLACE.**

Dissertation – Master in Geography – Federal University of Rio Grande. Guiding: Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni. Rio Grande: FURG, 2012. 120p.

The research paper presents an analysis of the cultural expressions of the descendants of German immigrants and Pomeranians – the teuto-gaúchos -, in district Três-Vendas, Pelotas/RS. For this there is the manifestation of cultural and religious contributes currently to maintain the habits and customs of these ethnic groups, represented by the feast of the parish community or party, or the “Kerb”. Some aspects of community life in this neighborhood allow viewing Três-Vendas a social and cultural organization whose formation occurred in a different way from what we know a Brazilian national or, as elements of the original cultures of the immigrants have been preserved over generations. On the other hand, it was also verified by the assimilation of immigrants representations of national culture, especially as regards the Portuguese language, thus allowing a hybrid of elements of the culture of immigrants of German origin and Pomeranian with aspects of Brazilian culture. Finally, the descendants of these immigrants formed a teuto-gaúcha identity from the use of German or dialects, typical festivities (feast of the “kerb”), sports activities, or by cuisine. Importantly, all these elements are found in the Recreational Society July 15, which unifies all the children around a common goal – to maintain and reaffirm the culture in the local space.

Keywords: Immigration; Germans; Pomeranians; culture; identity; feast of the “kerb”.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Gráfico representando a participação dos setores da economia na composição do PIB do município de Pelotas	19
Figura 2 -	Mapa da cidade de Pelotas	20
Figura 3 -	Mapa das áreas ocupadas pelos imigrantes alemães	47
Figura 4 -	Propriedade da família do Senhor Rudolf Thurov na Colônia de Bom Jesus, interior do atual município de São Lourenço (final do século XIX)	72
Figura 5 -	Número de entrevistados segundo a origem urbana ou rural	92
Figura 6 -	Igreja de Confissão Luterana Martin Lutero	94
Figura 7 -	Expressões culturais no Bairro Três-Vendas/Pelotas- RS: Clube de futebol, Conservatório de música, rádio comunitária Imigrantes FM, Casa de café e cultura pomerana (museu), estilo das moradias	95
Figura 8 -	Estabelecimentos comerciais que anunciam em seu nome a origem alemã e pomerana	96
Figura 9 -	Antiga da Sede da Sociedade Recreativa 15 de julho, Pelotas/RS..	101
Figura 10 -	Sociedade Recreativa 15 de Julho, pórtico de acesso e cartazes	

de divulgação do <i>Kerb</i>	103
Figura 11 - Decoração do salão para o Fritz jantar na Sociedade Recreativa 15 de Julho	105
Figura 12 - Mesas organizadas para o “Fritz” Jantar	105
Figura 13 - Acolhida e abertura do “Kerb” na Sociedade Recreativa 15 de Julho	107
Figura 14 - Baile do kerb na Sociedade Recreativa 15 de julho	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenciação das áreas ocupadas na colônia e na campanha	34
Quadro 2 - Síntese dos períodos da imigração alemã no Rio Grande do Sul	50
Quadro 3 - Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o primeiro período	53
Quadro 4 - Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o segundo período	57
Quadro 5 - Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o terceiro período	60
Quadro 6 - Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o quarto período	65
Quadro 7 - Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o quinto período	68
Quadro 8 - Relação das colônias identificadas na Serra dos Tapes (Pelotas) .	78
Quadro 9 - Relação da faixa etária com a geração	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

RS – Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FORMAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL	27
2.1 As características da formação socioespacial do Rio Grande do Sul	29
3 O PROCESSO IMIGRATÓRIO ALEMÃO PARA O BRASIL:	
Contextualização histórica	36
3.1 O papel da Inglaterra no processo imigratório ao Brasil	38
3.2 As causas da emigração alemã para o Brasil	40
3.3 A imigração alemã propriamente dita: os fatores de atração	41
4 A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL	46
4.1 Os períodos da imigração alemã no Rio Grande do Sul	49
4.1.1 Primeiro período (1824 - 1847)	50
4.1.2 Segundo período (1848 - 1874)	53
4.1.3 Terceiro período (1874 - 1889)	57
4.1.4 Quarto período (1890 - 1914)	61
4.1.5 Quinto período (a partir de 1914)	65
5 O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ E POMERANA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS	69
6 O ENFOQUE CULTURAL NA FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES NA ESCALA GLOBAL E LOCAL	80
6.1 A globalização como um processo histórico	80
6.2 Breve análise da dimensão cultural do processo de globalização	82

6.2.1 Primeira Análise: A Questão da Ocidentalização do Mundo	82
6.2.2 Segunda Análise: O Processo de Americanização do Mundo	83
6.2.3 Terceira Análise: O Processo de Globalização da Modernidade	84
6.3 A dialética entre o global o local: a questão das Identidades culturais	86
7 REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL TEUTO-GAÚCHA NO	
BAIRRO TRÊS VENDAS: Um estudo no espaço local	89
7.1 A identidade cultural teuto-gaúcha no bairro Três Vendas	89
7.2 A festa do Kerb como expressão da cultura teuto-gaúcha	97
7.2.1 O “Kerb” na Sociedade Recreativa 15 de Julho	100
7.2.2 Observação participante no “Fritz” Jantar	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	119

1 INTRODUÇÃO

Em um século que já se iniciou na era da globalização (século XXI), fundamentada na homogeneização do consumo e, em uma segunda instância, na padronização dos usos, costumes e práticas sociais e culturais, encontram-se ainda espaços que mantêm a singularidade do local, mais precisamente das pessoas que ali vivem em relação ao espaço habitado, colocando em evidência a noção de lugar. Evidencia-se, assim, a questão da alteridade proposta por Hall (2000), onde esta emerge como um contraponto a homogeneização decorrente do processo de globalização, e pode ser observada nas formas expressas na constituição da noção de lugar entre os descendentes¹ de imigrantes alemães² e pomeranos³, no Bairro Três Vendas, localizado na cidade de Pelotas- RS.

A cultura teuto-gaúcha surge a partir da herança cultural alemã e pomerana associadas ao contexto brasileiro, no caso específico, ao contexto do espaço geográfico do Rio Grande do Sul. Conforme menciona Fischer (1996) acerca do ser teuto-gaúcho, “No fundo, nós, netos de ontem, tendo encontrado nossas paixões na

¹Neste trabalho os descendentes da imigração alemã e pomerana serão tratados como formadoras de um único grupo, os teuto-gaúchos. Uma vez, que a concepção de teuto-gaúcho é a de um brasileiro que tem pelo menos um ascendente de origem alemã ou pomerana. Segundo Schirmer, os teuto-gaúchos constituem “Descendentes de imigrantes que aqui aportaram [...]” (SCHIRMER, 1996, p.108).

² “A devassa produzida pelas guerras napoleônicas (início do século XIX), guerras internas, explosão demográfica, mecanização das lavouras, as fracassadas revoluções liberais de 1848, dos tecelões da Silésia, a falta de terras para os agricultores, neste ambiente tumultuado que assolava os vários principados, ducados e reinados da Alemanha, deu-se o processo da emigração. Nessa época, na verdade, o país ‘Alemanha’ ainda não existia, pois eram estados independentes entre si, cada um com o seu próprio dialeto. Havia mais de trinta unidades nacionais independentes nessas condições, entre elas, Prússia, Saxônia, Hessen, Baviera, Cidade de Hamburgo e aí por diante. A unificação alemã somente aconteceu em 1871, por obra de Otto Von Bismarck.” (COSTA; DIETRICH e ALMEIDA, 2008, p.3.)

³ Povo originado na Pomerânia. O nome Pomerânica é a forma latinizada de uma palavra eslava “Pomeriô” (em polonês Pomorze), que significa país ao longo do mar. Nos primeiros séculos da Idade Média, a Pomerânia foi inteiramente habitada por tribos eslavas, que cedo foram sendo substituídas pelos Germanos. Em 1231, a Pomerânia Ocidental tornou-se um feudo de Brandeburgo, que a germaniza completamente. A Pomerânia como um todo fazia parte do Império Prussiano à época em que aconteceu a vinda dos imigrantes pomeranos ao Brasil. (SALAMONI, 1995)

diversidade de novas etnias, somos hoje pais de outros *alemãos*, somos todos *misturas*.” (FISCHER, 1996, p.326).

De uma maneira geral, percebemos a cultura teuto-gaúcha no uso da língua alemã, em festividades típicas (a exemplo do Kerb), na culinária e também em manifestações de caráter religioso. Para Rambo (1996) pode-se entender o teuto-gaúcho como “[...] um cidadão orgulhoso de sua cidadania, mas orgulhoso também de sua ascendência alemã.” (RAMBO, 1996, p.198).

Desse modo, ressalta-se que as marcas (manifestações culturais) da imigração alemã para o contexto do espaço geográfico do Rio Grande do Sul, iniciaram-se a partir de 1824, quando da chegada dos primeiros imigrantes no Estado, mais precisamente no município de São Leopoldo. Assim, a cultura conforme Corrêa (1995) é “[...] o conjunto daquilo que é transmitido e inventado [...].” (CORRÊA, 1995, p.2) e que continua sendo traduzida⁴ pelos seus descendentes, que se integraram ao contexto brasileiro e gaúcho, dando origem à cultura híbrida teuto-gaúcha.

Nesse sentido, o espaço geográfico é organizado como produto das relações humanas com o meio natural, e a partir da construção das identidades sobre o território, demonstrando os estreitos laços entre espaço e cultura.

O berço da colonização alemã no Brasil foi o Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1824, data da chegada dos primeiros imigrantes alemães, sendo estes assentados na atual cidade de São Leopoldo. Posteriormente, foram criadas outras colônias como: Três Forquilhas, Nova Petrópolis, Teutônia, Santa Cruz, São Lourenço, Colônia Santo Ângelo, Colônia de Santa Maria do Mundo Novo, entre outras (MORAES, 1981). Em algumas décadas, a região do Vale do Rio dos Sinos estava quase que completamente ocupada por imigrantes alemães e seus descendentes.

A colonização transbordou da região que compreende as chamadas “colônias velhas” expandindo-se para outras áreas do Rio Grande do Sul. É sabido que a colonização alemã foi realizada em terras baixas, seguindo o caminho da rede hidrográfica. Na década de 1870, praticamente todas as planícies do interior do Rio

⁴ Para Hall (2000) o conceito de tradução deriva da intersecção de identidades, ou seja, dá-se a partir da negociação do grupo imigrante (pessoas estas, que possuem vínculos fortes com seus lugares de origem e suas tradições), para com as novas culturas com que passam a viver.

Grande do Sul estavam ocupadas pelos alemães e pomeranos. A organização social e produtiva implantada pelos imigrantes, bem como a sua relação com o espaço e o lugar, é passível de interpretação à luz da cultura, visto que esses estavam representados por grupos de famílias que na sua relação com a natureza - terra - formavam as colônias, onde podiam exercer suas atividades produtivas e as diversas formas de sociabilidade.

Contudo, no século XX, registra-se ainda a entrada de imigrantes alemães no Brasil, somente na década de 1920 desembarcaram 70 mil alemães no país. A maior parte desses imigrantes não mais se direcionava para as colônias rurais, mas, rumavam para os centros urbanos: eram operários, artífices e outros trabalhadores urbanos, professores, refugiados políticos. Trazendo consigo sua herança cultural, que não se perdeu ao chegarem ao novo país, e a imprimiram na configuração das identidades sobre o território. Em face destas expressões culturais sobre o espaço, busca-se apreender os elementos da coesão social em uma perspectiva simbólica e material do espaço. Segundo Claval,

O espaço é um dos apoios privilegiados da atividade simbólica. Ele é percebido e valorizado de forma diversa pelos que o habilitam ou lhe dão valor: à extensão que ocupam, percorrem e utilizam se superpõe, em seu espírito, aquela que conhecem, amam e que é para eles signo de segurança, motivo de orgulho ou fonte de apego. O espaço vive assim sob a forma de imagens mentais; eles são tão importantes para compreender a configuração dos grupos e forças que os trabalham quanto as qualidades reais do território que ocupam. (CLAVAL, 1979, p.20-21)

Os descendentes dos imigrantes alemães e pomeranos, que se fixaram nas colônias rurais do Brasil, durante o século XIX, acabaram criando uma identidade teuto-brasileira. Embora nascidos no Brasil, esses imigrantes mantinham laços culturais estreitos com a Alemanha natal: a língua alemã era falada pela maioria e os hábitos continuavam os mesmos dentro das colônias, imprimindo nestas a sua forma de organização socioespacial. A etnia alemã ganhou expressão espacial no território brasileiro visto que a relação com o espaço se estabelece, também, na construção das identidades, caracterizando espaços distintos, no que tange aos aspectos culturais, constituindo a noção de espaço e cultura.

O estudo aborda a identidade cultural estabelecida no recorte espacial delimitado no Bairro Três Vendas, localizado na cidade de Pelotas – Rio Grande do Sul,

lugar de presença marcante da cultura alemã e pomerana, onde se estabelece uma comunidade marcada pela presença de elementos que unificam as relações das pessoas que ali vivem e mantida através da representação da cultura como a Sociedade Recreativa 15 de julho. Espaço que reúne os descendentes de imigrantes a fim de manter as suas tradições culturais, um exemplo disso, é a comemoração anual do Kerb, o uso parcial da língua ou dialetos alemães e pomeranos, assim como, a manutenção de usos e costumes praticada pelos integrantes da comunidade.

Em face dessas expressões culturais sobre o espaço, delimita-se, assim, a problemática de pesquisa a partir da compreensão das relações dos descendentes de imigrantes alemães e pomeranos com a localidade do Bairro Três Vendas, buscando desvelar se o apego ao espaço e aos símbolos e signos inseridos neste passam a constituir a noção de identidade. E, ainda, se os vínculos das pessoas com a localidade contribuem para a manutenção da cultura⁵. Para tanto, objetiva-se compreender a constituição da noção do espaço cultural entre os descendentes de imigrantes alemães e pomeranos, a partir da construção das identidades sobre o território, identificando alguns elementos relacionados à colonização alemã e pomerana no município de Pelotas.

A origem do nome do município de Pelotas deve-se por ter sido um local onde embarcações de cargas passavam em seus arroios, eram pequenas embarcações para o transporte de pequenas cargas, feitas de couro e amarradas com taquaras, recebendo o nome de pelota e eram usadas pelos índios Tapes e Minuanos que habitavam o lugar. A primeira referência do surgimento do município data de 1758, através da doação que Gomes Freire de Andrade, fez ao Coronel Thomaz Luiz Osório, das terras que ficavam as margens da laguna dos Patos. Fugindo da invasão espanhola em 1763, muitos habitantes da vila de Rio Grande buscaram refúgio nas terras pertencentes a Thomaz Luiz Osório. A estes vieram juntar-se os retirantes da

⁵ Em sentido amplo, a palavra cultura significa cultivar, cultivar e cultuar. Nesse sentido todo comportamento é cultura. O comportamento do homem em relação à natureza, o comportamento do homem em relação aos outros homens, o comportamento em relação a si mesmo, o comportamento em relação à história e à transcendência. Assim, o conhecimento, a tecnologia, a arte, a religião, a moral. (ZANOTELLI, 2003, p.388)

Colônia de Sacramento entregue aos espanhóis em 1777, cumprindo o tratado de Santo Ildefonso assinado entre os dois países.

Em 1780, o português José Pinto Martins deixou o Ceará em virtude da seca, e funda as margens do arroio Pelotas a primeira charqueada. A prosperidade do estabelecimento foi favorecida pela localização, e assim, estimulou a criação de outras charqueadas, promovendo o crescimento da região e dando origem a povoação que demarcaria o início da cidade de Pelotas.

Em 1809, um grupo de moradores da região, entre eles o Padre Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, dirigia uma representação ao Príncipe Regente, para que fosse oficializada uma freguesia nas margens da laguna dos Patos, pela dificuldade de deslocamento à igreja matriz de Rio Grande.

Em 1810, a população envia ao Rio de Janeiro, o Padre Felício da Costa Pereira, logrando êxito ao solicitar a criação de uma nova freguesia desmembrada de Rio Grande, aquém do Canal São Gonçalo, no lugar denominado Pelotas, em julho de 1812.

Em 1815, foi efetuada a medição da área destinada a Paróquia São Francisco de Paula, e em torno desta constitui-se o marco da cidade, gerando um agrupamento urbano e o com o crescimento elevado, foi elevada à vila em abril de 1832.

A ascensão do período econômico das charqueadas fez com que Pelotas fosse considerada a capital da província, e desenvolve-se uma aristocracia pelotense. Porém, com o fim do ciclo econômico das charqueadas, foram trazidos novos cultivos agrícolas para desenvolver a agricultura local, como por exemplo, em 1907, introduziu-se o cultivo do arroz, expressivo até hoje na economia do município.

Pelotas localiza-se na região fisiográfica da Encosta do Sudeste e faz parte da denominada Serra dos Tapes, em uma planície com altitude média de sete metros em relação ao nível do mar, e localiza-se no ponto geodésico dado pelas coordenadas: 52°34' de longitude oeste e 31°77' de latitude sul, com uma área de extensão territorial de 1.610 km². O município possui uma flora diversificada, que abrange desde formações florestais até formações campestres e litorâneas, além de vegetação típica dos banhados, pertence ao bioma pampa, nas classificações vegetais do Rio Grande

do Sul. A cidade está situada às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo que liga a Laguna dos Patos à Lagoa Mirim. (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2011)

A população do município de Pelotas, de acordo com o Censo Demográfico 2010, é de 327.778 habitantes sendo a maioria residente na cidade, cuja população urbana é de 305.696 mil habitantes, enquanto a população rural é de 22.082 mil habitantes (IBGE, 2010). A população atual é constituída por descendentes de açorianos, alemães, italianos, franceses, poloneses e espanhóis das levas de imigrantes que começaram a chegar à região a partir de 1858.

Atualmente, o município de Pelotas mantém como base de sua economia primária o cultivo de arroz e a produção pecuária, como destaque nas produções agropecuárias. O setor industrial possui indústrias de pequeno e médio porte, em sua maioria, voltadas para o setor alimentício. No entanto, é o setor terciário o responsável pela maior expressividade no PIB do município. De acordo com dados de 2008, o PIB de Pelotas é expressivamente composto pela participação do setor de comércio e serviços.

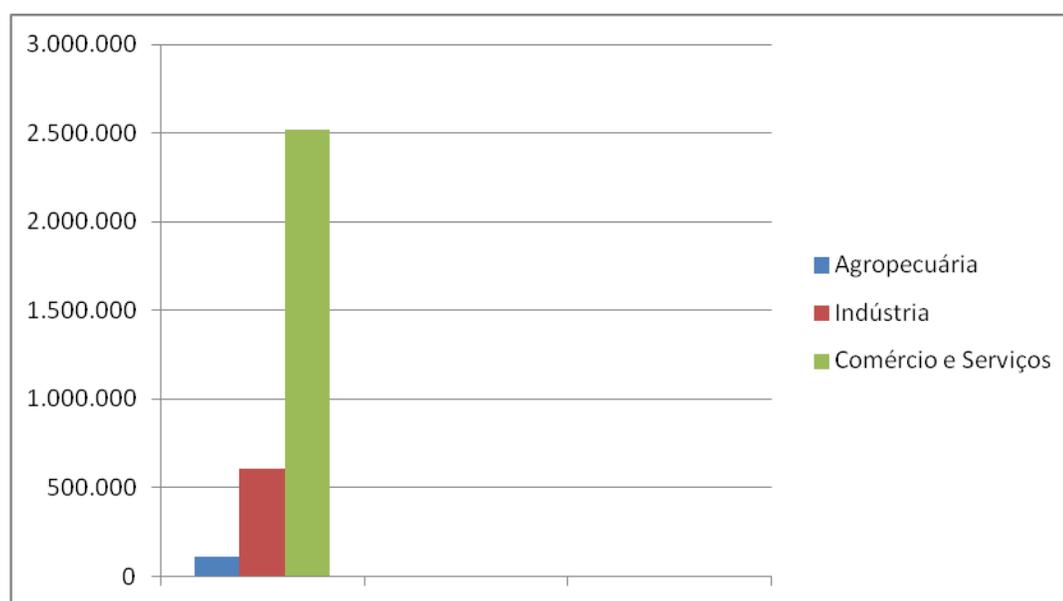


Figura 1 – Gráfico representando a participação dos setores da economia na composição do PIB do município de Pelotas

Fonte: do autor, Adaptado de IBGE, 2008.

A denominação do bairro Três Vendas tem origem no fato de que, antigamente, no entroncamento das avenidas Fernando Osório e Salgado Filho, haviam três vendas, quando os colonos vinham para a cidade vender seus produtos no mercado central se reuniam nas três vendas, a denominação do bairro. A população do bairro é de 60.190 habitantes, residentes num total de 10.082 domicílios. O bairro é limítrofe com o bairro Fragata e com o Centro. Sendo uma das primeiras entradas de acesso à cidade pela BR-116, logo, é um espaço receptor de muitos emigrantes de municípios vizinhos como Turuçu e São Lourenço do Sul. (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2011)

No bairro Três Vendas localizam-se importantes marcos de expressão da cultura teuto-gaúcha como: a Escola Sinodal Alfredo Simon, a Comunidade Luterana Cristo Redentor, a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e a Sociedade Recreativa 15 de Julho. Espaços culturais que simbolizam a manutenção de costumes e tradições que ainda se fazem presentes aos descendentes de imigrantes alemães.

Diante disso, os objetivos da presente pesquisa são os seguintes: - Compreender a manutenção da cultura, a partir da construção das identidades culturais sobre o território, demonstrando os estreitos laços entre espaço, cultura e lugar; - Identificar os locais representativos da cultura teuto-gaúcha no Bairro Três Vendas, Pelotas- RS; - Compreender as representações da cultura teuto-gaúcha na realização da festa do “kerb”.

Como metodologia de investigação, neste trabalho, a temática da cultura alemã pomerana mantida pelos descendentes residentes no bairro Três vendas em Pelotas- RS, é tratada a partir de uma abordagem seguindo a corrente da Geografia Humanista⁶. Esta corrente é definida por bases teóricas nas quais são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, a subjetividade e a compreensão das pessoas sobre o lugar que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos na organização e reorganização do espaço geográfico.

⁶ Segundo Tuan (1982), a Geografia Humanística reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. Complementando que, o humanista deve ir além da analogia, e analisar como a territorialidade humana e a ligação ao lugar são expressos por sentimentos simbólicos.

Para Tuan (1982),

A Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar. (TUAN, 1982, p.143)

Partindo desta premissa de estudo, investigaram-se as relações do indivíduo com o lugar, uma vez que, cada indivíduo possui uma percepção do mundo que se expressa diretamente por meio de valores e atitudes para com o meio. “A Geografia Humanista busca a compreensão do contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona.” (ROCHA, 2007, p.21)

E, ainda, conforme explica Claval (2001):

O que é fundamental para os geógrafos de inspiração humanista ou radical não é a distribuição espacial dos fatos sociais, mas a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraindo uma experiência. (CLAVAL, 2001, p.46)

Para compreender as relações entre cultura e espaço foi utilizada a concepção de Claval (2001) e os trabalhos de Yi-Fu Tuan (1980 e 1983), abordando a questão da constituição do lugar. Para tanto, a investigação baseia-se na aplicação do método fenomenológico-hermenêutico. Segundo Sposito (2004), podem-se distinguir na fenomenologia dois traços fundamentais: o de descrever o fenômeno e o de desvelar que seu objeto é constituído pela essência, sendo pautado principalmente na interpretação do pesquisador, indo além do subjetivismo. “No método fenomenológico, é o sujeito quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente.” (SPOSITO, 2004, p.38)

Ainda, subsidia-se a abordagem com o aporte da Geografia Cultural, uma vez que esta se propõe a tecer uma análise do homem, como construtor do espaço vivido e organizado. Pois, o objetivo deste trabalho de pesquisa é compreender o espaço produzido pelos descendentes dos imigrantes alemães e pomeranos, a partir das identidades culturais presentes no bairro Três-Vendas em Pelotas-RS.

Traz-se, então, para a esfera da discussão o enfoque da Geografia Cultural, que concebe o espaço socialmente produzido – espaço geográfico – do qual o homem enquanto sociedade é parte integrante, denota o ambiente geográfico comumente conhecido por paisagem geográfica. Neste sentido aponta Corrêa (2001) que, “A

paisagem geográfica, estudada enquanto conjunto de formas criadas pela ação humana sobre a natureza é o objeto principal da geografia.” (CORRÊA, 2001, p.14). No entanto, tal paisagem não é percebida e vivenciada do mesmo modo pelos diferentes grupos sociais existentes.

A Geografia Cultural, ressurgida da Escola de Berkeley (Estados Unidos), em 1980, a partir de seu expoente maior o geógrafo Carl Sauer, aponta como aspectos fundamentais para a discussão acerca do espaço, entre outros:

- a) A percepção de diversos grupos sociais acerca da natureza e espaços socialmente produzidos;
- b) O caráter simbólico dos espaços e marcos nele construídos;
- c) As diferentes manifestações religiosas;
- d) Os contatos culturais resultantes dos processos migratórios.

Sendo assim, relaciona-se a abordagem cultural com a dinâmica da globalização (que aponta para uma uniformização do planeta em termos de hábitos e costumes), pois se percebe a acentuação das diferenças de natureza cultural ou das expressões culturais. Conforme menciona Sauer (1995), a cultura “[...] origina-se, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo, porém, traçável no espaço onde se localiza.” (SAUER apud CORRÊA, 1995, p.3)

Quanto às interrelações entre paisagem e cultura, podem ser concebidas segundo Corrêa (1995) como sendo “[...] um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço [...]” (CORRÊA, 1995, p.4). Sendo assim, cabe à Geografia Cultural dar maior visibilidade as formas correspondentes às expressões culturais, ou seja, trazer à tona as representações simbólicas contidas nos diferentes marcos presentes e constituintes do espaço geográfico. Para Malinowski,

Em cada cultura, os valores são ligeiramente distintos; os indivíduos aspiram por objetivos diferentes, seguem impulsos diversos, anseiam por uma forma distinta de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diversas, nas quais o homem persegue seu ideal de vida; costumes distintos, através dos quais satisfaz as suas aspirações; códigos de lei e moralidade diferentes, que recompensam suas virtudes e punem suas infrações. Estudar instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e a mentalidade sem o desejo pessoal de sentir pelo que vivem esses indivíduos, de compreender a

natureza de sua felicidade – é, ao meu ver, perder a maior recompensa que podemos esperar alcançar do estudo do homem. (MALINOWSKI, 1980, p.197)

Para tanto, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, baseada em informações primárias, obtidas por meio de observação participante e de entrevistas. Os procedimentos metodológicos escolhidos visam contribuir para a constituição do campo cognitivo do pesquisador, baseado no campo de análise do viés qualitativo. Por pesquisa qualitativa entende-se como uma escolha de métodos baseados em dados não-quantificáveis e permeados e por alto grau de subjetividade, optando ao pesquisador a escolha de técnicas que permitam uma análise que valorize cada indivíduo, concebendo este como ser único, e que leva a uma compreensão do fenômeno valorizando suas particularidades. Segundo Haguette (1995), a metodologia qualitativa,

[...] fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais, seja a incapacidade estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos. (HAGUETTE, 1995, p.63)

Adota-se a pesquisa qualitativa pelo fato de a análise se dar no contexto da cultura, trata-se, portanto, de um objeto não quantificável, somado ao alto grau de subjetividade, ou seja, as expressões da identidade cultural dos descendentes teuto-gaúchos no bairro Três-Vendas em Pelotas-RS.

A pesquisa de campo foi estruturada com base na técnica da observação participante junto às festividades. Fez-se uso da observação participante dada a necessidade de entender e explicar as sociedades a partir das suas manifestações culturais que se estabelecem internamente – dentro do grupo cultural. Conforme aponta Borges (2009),

[...] necessidade de entender e explicar as sociedades, suas instituições suas relações, enfim, um mundo humano, que cria e é criado pela cultura. Ela exige do pesquisador suas impressões pessoais e subjetivas sobre o que vai ser pesquisado e, portanto, requer uma relação estreita com seus sujeitos de pesquisa, para assim, conseguir compreender os modos pelos quais determinada sociedade ou grupo pensa e age sobre seu mundo. (BORGES, 2009, p.185)

Ainda, elegeu-se a observação participante a partir da concepção de que cada cultura é única e se organiza e se estabelece no seu tempo e no seu espaço,

construindo sua própria história de maneira distinta das demais culturas, uma vez que a cultura assume uma forma de expressão que é “de dentro para fora”, ou seja, somente investigando-se sua organização interna é que o pesquisador poderá contemplar sua manifestação externa. Como explica Borges (2009),

As pesquisas em Geografia, e dentro dela, a Geografia Humana, e ainda, a Geografia Cultural, trabalham diretamente com a identificação e a análise das culturas, [...] e uma mesma busca de compreensão de realidades humanas. Elas diferem-se pelo “olhar” e a interpretação que dão cada uma a seu modo a esse *lócus*. (BORGES, 2009, p.186)

Para se interpretar e compreender a cultura teuto-gaúcha e suas manifestações no espaço busca-se na observação participante a ação direta do pesquisador com o fenômeno observado, para obter uma análise do fenômeno a partir de sua perspectiva e de seu ponto de vista. Sendo atribuída a condição de participante, uma vez que, o pesquisador busca experienciar e compreender a dinâmica dos atos e eventos, obtendo informações a partir da compreensão e sentido que os atores em questão valorizam. Assim, a observação participante assume grande importância para a presente pesquisa, ou seja, para Araújo (2004),

Leer la producción cultural como um mapa, como uma multiplicidad, nos libera de la sujeción de anteriores y ya falsas expectativas, nos ofrece la libertad de entradas y salidas divergentes, y cancela El anhelo del origen y la finalidad, com la ventaja de que el mapa siempre supondrá una inserción em el tiempo y em la historia. (ARAÚJO, 2004, p.34)

Objetivando-se investigar os sujeitos que compõem o grupo cultural, aplicou-se também a técnica da entrevista para a obtenção de dados que revelem os sentimentos dos indivíduos quanto a sua composição da identidade cultural e manutenção de costumes e tradições. Segundo Mendes e Pessoa (2009),

A experiência do mundo dinâmico e das relações efêmeras promove a busca de um presente estável, [...]. Suas lembranças e experiências buscam resistir no presente, como meio de garantir sua identidade e buscar suas raízes, ou mesmo buscar identificar-se com o lugar, a casa, os objetos e com a experiência cotidiana comum como expressão de um forte vínculo social com o lugar em que se vive e manter um sentido palpável de continuidade. Tal resistência revela traços de um sentimento valioso de pertencimento ao lugar. [...] seria a requalificação das relações humanas por intermédio de suas técnicas diversas nos tempos e nos lugares, na era das sociedades globalizadas. Todas as formas de representações estão submetidas as desafio do tempo de giro e da dissolução das representações e dos valores tradicionais historicamente adquiridos. (MENDES; PESSÔA, 2009, p.519)

Para tanto, foram realizadas 20 entrevistas (amostra intencional qualitativa), baseadas em roteiro semiestruturado (Apêndice I), ou seja, na interação entre perguntas abertas e fechadas previamente formuladas, onde os entrevistados puderam discorrer sobre o assunto de forma mais espontânea. As entrevistas foram realizadas com os moradores descendentes de imigrantes alemães e pomeranos residentes no Bairro Três Vendas e participantes da Sociedade Recreativa 15 de Julho (atualmente, a Sociedade Recreativa 15 de julho conta com aproximadamente 800 sócios). A escolha dos entrevistados ocorreu de forma aleatória, na qual, o primeiro entrevistado participante da associação cultural, indicou o próximo entrevistado e, assim sucessivamente.

A escolha dos procedimentos metodológicos pretendeu contemplar os objetivos propostos, para dar conta da compreensão das múltiplas variáveis que permeiam o objeto de estudo, ou seja, “O método científico incorpora os instrumentos responsáveis pela materialização das idéias formuladas por meio dos procedimentos metodológicos (técnicas). (MENDES; PESSÔA, 2009, p.513)

Para complementar os dados primários foram realizadas consultas a censos demográficos e anuários do município, assim como, junto aos acervos históricos e cadastros de instituições como a Sociedade Recreativa 15 de Julho.

2 FORMAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL

A partir das características naturais aliadas ao processo sociohistórico de organização de um determinado espaço, ocorre a produção de um território específico, conforme aponta Sposito (2004), o território tem história, ou seja, “[...] não se pode pensar o território a-historicamente, pois sempre que ele é estudado, a categoria tempo comparece de imediato como uma referência necessária.” (SPOSITO, 2004, p.111)

Entretanto, é válido ressaltar que cada história possui suas origens e acontecimentos próprios, porém, relacionados a outras dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas que podem se realizar em outros espaços. Nessa perspectiva, compreendem-se os processos presentes na formação e diferenciação territorial do Estado do Rio Grande do Sul.

Esta é a forma de apresentação do espaço geográfico, composto por dois ordenamentos: (a) as determinações universais, ligadas à constituição e à transformação da natureza e (b) as determinações históricas, ligadas à constituição e a transformação das sociedades. As primeiras são a manifestação, no espaço terrestre, das condições universais da matéria, expostas acima. As segundas, por sua vez, constituem condição e propriedade exclusiva da história dos homens no planeta Terra. Assim, do ponto de vista histórico-geográfico, que visa à explicação do espaço terrestre, sua diferenciação e organização, o fundamento de tal existência (do espaço) dá-se pelo surgimento de uma nova condição: a humanização do espaço, que até então possuía determinações exclusivamente naturais. (HEIDRICH, 1997, p.2)

A geografia como disciplina do espaço social, ou seja, como ciência que se dedica ao estudo dos acontecimentos envolvendo a produção do espaço, busca compreender o espaço – território – tendo em vista seus atributos de ordem natural e social.

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade [...] a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território (...). (SOUZA apud CASTRO, 1995, p.84)

Neste contexto insere-se o processo de expansão colonial, no qual a questão espacial adquire características decorrentes das dinâmicas históricas, pois a colonização envolve uma estreita relação entre a sociedade e o espaço/território – que esta ocupa.

A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra [...]. A colônia representa também a consolidação desse domínio, sendo assim o resultado da conquista territorial. (MORAES, 2006, p.9)

A geografia permite uma análise do processo de produção dos diversos espaços, utilizando para isso a história “no estudo da formação dos territórios” (MORAES, 2006, p.10), e segundo o mesmo autor:

No caso da geografia histórica, o retorno às divisões espaciais coloniais é que pode induzir a graves problemas no presente [...] entendemos a geografia histórica como caminho de reconstituição (em várias escalas) do processo de formação dos atuais territórios, (...). (MORAES, 2006, p.11)

Assim, Heidrich (1997) complementa do seguinte modo:

Sintetizando, a organização do espaço consiste na maneira como a humanidade supera as condições e imperativos originais do espaço e impõe a sua lógica, o seu domínio sobre a natureza e, em seguida, sobre o próprio espaço [...] muito embora essa vinculação dos grupos humanos ao território ocorra de modo relativamente lento, pode-se dizer que: (1) pela necessidade de organizar a busca da sobrevivência e a defesa da reprodução dos grupos humanos (...); (2) o domínio delimitado do espaço possibilita a coletividade ver-se envolvida numa história e numa geografia comuns, as quais são elementos básicos à construção de identidades territoriais, e de suas respectivas comunidades (...). (HEIDRICH, 1997, p.7)

Desde que o homem deu início ao processo de organização de seu espaço, o meio natural foi sendo modificado, ou seja, a produção do espaço geográfico tem se constituído de um processo realizado no decorrer dos tempos, sob o comando das sociedades. Em qualquer escala de tempo, o espaço utilizado obedece a alguma organização, e neste espaço organizado ou em processo de organização interagem práticas econômicas, políticas, culturais, ideológicas, sociais, etc. As sociedades ordenam os espaços através de determinadas técnicas, bem como, a partir do trabalho, e, segundo Heidrich:

O trabalho é elemento central dessa relação, da sociedade com a natureza. Através dele a humanidade tem constantemente recriado o natural para a satisfação de suas necessidades, produzindo objetos necessários e úteis a sua reprodução, à continuação da vida social, de maneira evolutiva. Quando uma comunidade atinge o estágio de obter da natureza produtos que lhe permitem a sedentarização, essa mesma comunidade inicia um processo de valorização de

seu território. É um processo de transformação do espaço. Caracteriza-se pela contínua e regular acumulação de trabalho ao espaço, permitindo a fixação da comunidade. (HEIDRICH, 1997, p.5)

Tal prática compreende o conjunto de ações sociais que tenham por finalidade a produção, a distribuição e a utilização dos espaços, o trabalho também determina e qualifica as relações entre os homens que participam desses processos. Por fim, essas relações sociohistóricas produzem as formas, funções e estrutura das sociedades.

2.1 As características da formação socioespacial do Rio Grande do Sul

Inicialmente, o Rio Grande do Sul foi ocupado por povos indígenas, estes tiveram os seus modos de vida alterados a partir da chegada dos jesuítas espanhóis (século XVII e XVIII), tendo em vista que os mesmos introduziram uma nova forma de organização da sociedade, mas que também foi alterada com a chegada dos colonizadores de origem portuguesa.

A sociedade portuguesa avançou do litoral para o interior do Estado do Rio Grande do Sul a partir de meados do século XVIII, estabelecendo formas de ocupação do espaço mais permanentes, baseadas em estabelecimento de direitos de propriedade da terra que foram mantidos até os dias atuais. (NEUMANN e DIESEL, 2004, p.11)

O domínio português sobre o território do Rio Grande do Sul determinou a ocupação deste espaço, e este processo ocorreu de forma diferenciada ao longo do tempo. Inicialmente, buscaram ocupar as áreas de campo, próprias para a pecuária – este modelo de ocupação proporcionou o surgimento das grandes propriedades (estâncias), sob a responsabilidade dos pecuaristas-estancieiros.

Os portugueses começaram a ocupar e a mostrar algum interesse pela região que hoje equivale ao Estado do Rio Grande do Sul quando o território passou a ter importância econômica, devido às enormes quantidades de gado xucro que haviam se procriado a partir de sua introdução pelos jesuítas. a introdução do gado em território Sulriograndense havia sido feita pelos jesuítas espanhóis, quando da sua primeira tentativa de fundar as Missões, entre 1626 e 1636. (NEUMANN e DIESEL, 2004, p.13)

Posteriormente, a partir da política de imigração europeia não portuguesa fomentaram a ocupação das áreas florestadas, e então se consolidou outro segmento social – os pequenos proprietários de base agrícola familiar. Por outro lado, tendo em vista a valorização agrícola das áreas de várzea e campo, os portugueses vislumbraram

uma nova possibilidade de ocupação deste espaço, loteando parte das terras das estâncias, localizadas em áreas impróprias para a pecuária de corte, promovendo a colonização privada com imigrantes europeus não portugueses.

A partir da retirada dos jesuítas espanhóis do território do Rio Grande do Sul, o gado continuou a se reproduzir sobre as terras de campo. No processo de busca por este gado, ocorreram enfrentamentos por parte de diferentes grupos, conforme aponta Neumann e Diesel: “[...] todos tendo por pano de fundo o conflito maior entre Portugal e Espanha na luta para assegurar a posse da maior parte possível dessas terras.” (NEUMANN e DIESEL, 2004, p.13).

A possibilidade de valorização econômica do território do Rio Grande do Sul interessou, sobremaneira, aos portugueses que iniciaram uma política efetiva de ocupação deste espaço, por volta das primeiras décadas do século XVIII. Neste período, a partir da distribuição de sesmarias, originaram-se as estâncias que se estenderam da região litorânea adentrando o interior do estado, deu-se então a efetiva ocupação portuguesa do território do Rio Grande do Sul. Desse modo,

O território [...] condição básica em referência histórica para a consolidação e expansão do sistema capitalista, permanece com sua importância como suporte e como materialização das relações sociais de produção, exprimindo com muita força ainda seu caráter político. (SPOSITO, 2004, p.116)

Frantz explica esse processo da seguinte maneira:

A preocupação com o povoamento dos espaços vazios esteve permanentemente presente nas metas geopolíticas portuguesas desde que o território do Rio Grande do Sul passou a possuir algum tipo de interesse econômico. A distribuição de sesmarias não foi suficiente para ocupar o território, uma vez que as imensas áreas de mato não despertavam o interesse dos estancieiros pecuaristas. Não havia razões para expandir as atividades sobre as áreas florestais cuja adequação à pecuária ou à agricultura implicava investimentos superiores aos necessários em regiões de campo natural. (FRANTZ apud NEUMANN e DIESEL, 2004, p.17)

As enormes áreas de florestas continuavam desocupadas, estes espaços constituíam uma ameaça, tendo em vista que estas áreas foram palco de inúmeros confrontos com os espanhóis, e a partir desta situação criou-se a necessidade de ocupação das terras mais ao norte do estado, desta forma deu-se a política oficial de imigração e colonização. Com a implantação das colônias oficiais houve um processo de

reorganização fundiária em âmbito regional, ou seja, com o surgimento das colônias as terras devolutas foram compartimentadas em lotes, principalmente, as terras situadas nas áreas de floresta, as quais foram ocupadas por colonos imigrantes. Nas palavras de Zarth,

A colonização e a imigração européia no Rio Grande do Sul podem ser analisadas como parte de um projeto de políticas públicas, articulado ao longo do século XIX, para a superação de um conjunto de problemas que afetavam a província. Entre os principais problemas apontados [...] merecem destaque: a baixa densidade demográfica, o latifúndio, as dificuldades de abastecimento e carestia, a falta de mão-de-obra livre e a escravidão. (ZARTH, 2006, p.155)

A colonização oficial promoveu o surgimento de um processo de valorização do território envolvendo a dinâmica da imigração e a criação de empresas especializadas em colonização, bem como, a formação de núcleos particulares de colonização. Cabe ressaltar, que a colonização dirigida por particulares foi intensificada a partir da desorganização da colonização de caráter oficial.

O surgimento das colônias se caracterizou como sendo um processo mal planejado e precário, mesmo aquelas que contaram com o auxílio oficial. Quando da chegada dos imigrantes, estes logo em seguida esgotavam suas poucas reservas trazidas da Europa e isso acontecia antes mesmo de ganharem os seus lotes de terras – buscando conseguir recursos, estes imigrantes procuravam trabalho na abertura das estradas de ferro ou também na abertura de picadas, que dariam origem a muitas das estradas e rodovias atuais. Para Neumann,

Para entender as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no período imediato após a instalação torna-se necessário referir-se às dificuldades técnicas de produção, de transporte e de comercialização da produção. (NEUMANN e DIESEL, 2004, p.32)

Inicialmente, os núcleos coloniais foram instalados muito isolados uns dos outros e, deste afastamento, resultou um processo de estagnação econômica por muito tempo, tendo em vista o difícil acesso entre as colônias. Além da questão envolvendo as possibilidades de acesso entre as colônias, eram constantes as reclamações dos colonos em relação às dificuldades de produção e comercialização dos produtos coloniais.

No que tange a produção, a agricultura colonial caracterizava-se como uma agricultura baseada no trabalho familiar (nesse mesmo período, na grande propriedade a força de trabalho era, predominantemente, escrava). Quanto à utilização de animais no sentido do aproveitamento de sua tração, era muito difícil tendo em vista o custo de aquisição destes animais. Outra característica do sistema agrícola utilizado pelos colonos residia no fato de não haver muita diferenciação em relação às técnicas de cultivo praticada pelos índios, ou seja, derrubavam e queimavam a mata para, posteriormente, plantar sobre as cinzas, conforme Neumann e Diesel (2004) este tipo de prática agrícola deve ter sido freqüente em praticamente todas as colônias que se formaram no Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, havia o problema de escoamento dos excedentes agrícolas. Com o encarecimento do transporte dos produtos produzidos no âmbito das áreas coloniais, os mercados estavam limitados aos povoados mais próximos.

Waibel (1979) descreve alguns dos contrastes encontrados entre diferentes áreas coloniais:

Encontramos uma situação semelhante na parte superior da encosta da serra do Rio Grande do Sul, na colônia alemã mais antiga: São Leopoldo. Nesta região, cujo povoamento começou há uns 120 anos, fiquei chocado com o primitivo sistema agrícola dos colonos. Os seus campos eram extremamente pequenos e subiam as encostas [...]. As casas eram velhas, e algumas estavam em plena decadência. O povo, que falava um alemão horrível e quase nada de português, dava a impressão de pobre e atrasado, formando um contraste com a população ativa e próspera que encontramos mais abaixo, nas terras planas e férteis da colônia alemã de Dois Irmãos (...). (WAIBEL, 1979, p.248)

A diferenciação campo/floresta não pode ser feita somente do ponto de vista físico/natural, pois o processo de organização socioespacial da agricultura colonial de base familiar evidenciou um aumento na densidade demográfica nas áreas de matas ao norte, esta que era motivo de reclamações durante muitos anos pelas autoridades locais – em contrapartida, nas áreas de campo, mais ao sul do Estado, verificava-se a permanência de um povoamento mais rarefeito e com baixa densidade demográfica.

Outro benefício surgido com a imigração/colonização foi a resolução do problema de abastecimento interno, ou seja, com a colonização em pequenos lotes de terras, os colonos produziam alimentos tanto para o autoconsumo quanto para os mercados local e regional. A produção de gêneros alimentícios assumiu grande *status* na

Província, pois se abastecia o mercado da província e também o mercado interno brasileiro.

Os imigrantes que se fixaram no Rio Grande do Sul ocuparam terras como famílias de camponeses livres, formando uma estrutura produtiva organizada pelas companhias encarregadas pela colonização do Estado.

O resultado desse processo foi o aparecimento de comunidades rurais com determinadas características socioculturais que apresentam uma variedade de formas de pequenas unidades produtivas, de dimensões variadas, organizadas com base na divisão do trabalho familiar e na atividade policultora de subsistência. (SALAMONI, 2001, p.39)

Estes camponeses buscaram expandir seus domínios territoriais ao ocuparem e reproduzirem-se e pelas áreas de florestas até o fechamento da fronteira agrícola no Estado. Por outro lado, em certa medida, tiveram suas pretensões “bloqueadas” pela permanência das grandes propriedades pastoris nas áreas de campos, as quais fecharam as possibilidades de expansão nesses espaços. Segundo explica Zarth:

Embora existissem pequenos e médios estabelecimentos pastoris nas áreas de campo, a maior parte das terras era ocupada por latifúndios. Como resultado do modelo de apropriação do espaço rio-grandense, configurou-se uma estrutura agrária constituída, grosso modo, de grandes proprietários pastoris de um lado, e de pequenas propriedades agrícolas de outro. Essa constatação revela uma estratégia muito bem desenvolvida pelos grandes proprietários rurais no sentido de atenuar os efeitos nocivos decorrentes da excessiva concentração de terras na atividade pastoril. (ZARTH, 2006, p.163)

E, nas palavras de Moreira e Costa:

Assim, estava sendo forjado um quadro dicotômico entre as áreas de mata, agrícolas e densamente povoadas, e as áreas de campo, pastoris e de baixas densidades. Esse contraste perdurou por longa data. Segundo Paul Singer, apenas com a industrialização é que se verificou a integração entre as duas sociedades, realidades geográficas distintas conhecidas regionalmente como a “colônia” (dos “colonos”) e a “campanha” (dos estancieiros). (MOREIRA e COSTA, 1995, p.65)

Ao ocuparem as áreas de mata e introduzirem a modalidade da pequena propriedade familiar, os imigrantes alemães (a partir do início do século XIX) e italianos (no final do mesmo século), proporcionaram o desenvolvimento do comércio, tendo em vista a comercialização de seus excedentes para outras localidades do Estado e também para os mercados do centro do país – tal atividade gerou um acúmulo de capital, bem

como o incremento do crescimento urbano-industrial, que hoje se concentra nas áreas próximas da capital e região colonial dos arredores.

Porto Alegre desempenharia aí um papel decisivo, como núcleo econômico integrador, muito embora o setor da pecuária continuasse a preponderar ainda por muito tempo, graças a seus grupos políticos dominantes na administração estadual. (MOREIRA e COSTA, 1995, p.66)

Mesmo estando ligadas entre si do ponto de vista econômico e social, as regiões de colônia e da campanha demonstram uma visível diferenciação geográfica, mantendo ainda nos dias atuais particularidades próprias a cada uma dessas regiões, como mostra o quadro 1:

	Colônia	Campanha
Vegetação nativa predominante	Florestas	Campos
Forma de relevo mais comum	“serras” (vales, cerros)	planície (coxilhas)
Colonização predominante	Alemã e italiana (séc. XIX-XX)	Luso-brasileira (séc. XVIII-XIX)
Densidades demográficas	médias e altas (pop. concentrada)	baixas (pop. dispersa)
Rede urbana	melhor estruturada, com predomínio de pequenos núcleos urbanos (muitas vilas e povoados)	mal-estruturada, com predomínio de centros médios (raros povoados e vilas)
Estrutura fundiária	predomínio de minifúndios	predomínio de latifúndios
Atividade agrária dominante	agricultura (policultura), pecuária leiteira e de pequeno porte (suínos, aves)	pecuária de grande porte e rizicultura.

Quadro 1 – Diferenciação das áreas ocupadas na colônia e na campanha.

Fonte: do autor, adaptado de MOREIRA, 1995, p.66.

E, dessa forma, o território do Rio Grande do Sul foi produzido a partir de relações socioeconômicas, culturais e políticas, manifestando diferenciações espaciais, explicadas tendo em vista as características específicas de como se configurou a produção nesse território, como resultado da relação sociedade e natureza. Nas palavras de Santos,

Cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no espaço. Essa ordem espaço-tempo não é aleatória, ela é resultado das necessidades próprias à produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção. (SANTOS, 1980, p.162)

3 O PROCESSO IMIGRATÓRIO ALEMÃO PARA O BRASIL: Contextualização histórica

As amarras da história do Brasil já se processavam há três séculos e os habitantes que aqui viviam ainda não haviam necessitado do auxílio de imigrantes não portugueses. No entanto, com a necessidade de população para a ocupação de terras ao sul do território brasileiro, deu entrada a primeira leva de imigrantes de origem alemã que fizeram parte de uma política imigratória orientada pelo Governo Imperial.

A imigração alemã foi promovida pelo Governo Imperial e os imigrantes foram atraídos por propostas de acesso a lotes de terras e amparo a produção e moradia. Contudo, quando estes aqui chegaram defrontaram-se com promessas não cumpridas e condições de moradia e trabalho que não condiziam com a oferta realizada pela política de imigração. No entanto, tal dinâmica imigratória somente foi possível sob a direção e iniciativa do governo brasileiro.

A história da imigração de europeus para o Brasil inicia-se em princípios do século XIX. Até então o povoamento brasileiro se realizara através da vinda espontânea de colonos brancos (na maior parte portugueses), da importação de escravos e incorporação de indígenas. Havia estrangeiros no Brasil; não havia, contudo, correntes propriamente imigratórias, isto é, oriundas de uma política intencional do governo. Os poucos casos de imigração provocada por uma política oficial, que ocorreram antes do século XIX, tiveram como objetivo povoar e ocupar regiões de valor estratégico, que a imigração espontânea deixara ao abandono, uma vez que não eram propícias à produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar, café, e outros. (DACANAL, 1980, p.9)

A história do fluxo imigratório não português para o Brasil iniciou-se logo nas primeiras décadas do século XIX, até este momento a questão do povoamento brasileiro processava-se a partir da vinda intencional de colonos brancos e dentre esses o maior número era de origem portuguesa, também da imigração forçada de escravos e a incorporação de indígenas. É correto mencionar a existência de estrangeiros no Brasil, não havia, contudo “[...] correntes propriamente imigratórias, isto é, oriundas de uma política intencional do governo.” (DACANAL, 1980, p.9).

Os casos de imigração promovida a partir de uma política oficial eram raros antes do século XIX, e efetuaram-se tendo em vista o cumprimento do objetivo de ocupação e povoamento de regiões de significado estratégico. Tais porções do espaço haviam sido deixadas de lado por razões da não possibilidade de aproveitamento destas áreas na produção de gêneros tropicais de elevado valor comercial. Um exemplo desta situação foi o caso da zona fronteira exposta a concorrência da coroa espanhola – Rio Grande do Sul e também Santa Catarina – cuja posse Portugal pretendia manter.

Para tanto, foi necessário recrutar povoadores entre as camadas mais pobres da população portuguesa, facilitando-lhes a vinda através da concessão de grandes vantagens: pagamento do transporte, demarcação prévia das terras e fornecimento gratuito de instrumentos agrícolas, sementes, animais, etc. (DACANAL, 1980, p.10).

O sentido da imigração europeia não portuguesa se processou atrelado ao sistema de produção vigente no Brasil no começo do século XIX. Com a finalidade de abastecer o mercado externo, esta produção manteve-se através da monocultura, na qual se alternou produtos agrícolas tropicais, como a cana-de-açúcar, o algodão, e mais tarde com a decadência destes, o café.

A lavoura de café denotou um marco na evolução econômica do Brasil, sendo o café naquele momento o principal produto de valor econômico. A introdução e implementação da lavoura cafeeira dinamizou o processo de produção, surgiram fazendas com características de empresa capitalista, dependentes de condições diversas e estando ligadas a uma estrutura econômica de ordem mais complexa, comparando em relação a outros produtos coloniais.

Além do problema que representava para a lavoura cafeeira os grandes capitais e as imensas extensões de terra para o cultivo, ela terá que enfrentar também o problema da mão-de-obra, que se intensifica com a abolição. (DACANAL, 1980, p.16)

A problemática referente à mão-de-obra escrava não se constituía como uma questão somente quantitativa, mas principalmente qualitativa, ou seja, o sistema com base no escravismo tornou-se um obstáculo para o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista, tendo em vista que se tornava imprescindível, sob essas condições, uma nova concepção a respeito da questão envolvendo mão-de-obra livre – que vende apenas a sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, que promove a expansão do mercado de consumo interno.

3.1 O papel da Inglaterra no processo imigratório ao Brasil

Anteriormente, foram citados dois exemplos em que à imigração e colonização ocorreram direcionadas aos objetivos de caráter político e militar. “O processo colonizador e imigratório dirigido se fez, na acepção verdadeira da palavra, a partir da transferência da corte portuguesa para o Brasil, e da conseqüente abertura dos portos.” (DACANAL, 1980, p. 10).

No dia 28 de janeiro do ano de 1808, a corte portuguesa, recém instalada no país, oficializara o ato de abertura dos portos brasileiros às nações tidas como amigas. Tal empreendimento, por parte da coroa portuguesa, somente pode ser entendido como sendo uma amarra geopolítica e econômica, implementada a partir do processo expansionista britânico. Segundo Lando e Barros,

[...] a influência que a Inglaterra exerceu, embora de modo indireto, no incremento da corrente imigratória no Brasil, ao pressionar o governo português, e mais tarde o governo do Brasil, a fim de suprimir o regime de trabalho baseado na escravidão, faz emergir certos acontecimentos que criarão a necessidade de se importarem braços livres. (LANDO e BARROS, 1981, p.11)

Nesta época, a Inglaterra encontrava-se no centro da expansão do capitalismo industrial, sendo assim, suas necessidades não residiam em conquistar e ocupar territórios, característica esta marcante da fase do capitalismo comercial. O principal interesse da Inglaterra era a conquista de mercados consumidores, sendo assim, adentraria seus produtos manufaturados, que neste momento achavam-se impedidos de entrar no conjunto do mercado europeu, em virtude das restrições da França, intitulada de bloqueio continental, implementada por Napoleão Bonaparte.

Portugal, neste período, passava por uma fase de declínio da sua hegemonia mercantilista, e não se encontrava em condições de enfrentar aos tantos ataques da França, encontrando na proposta inglesa proteção e estímulo para livrar-se da situação complicada na qual se encontrava.

Por outro lado, a Inglaterra estava assegurando, via Portugal, o monopólio comercial em relação ao Brasil. Dacanal (1980) explica essa conjuntura internacional da seguinte forma:

Na realidade, este objetivo foi atingido, pois a Inglaterra tratou de assegurá-lo, firmando uma série de tratados com Portugal. A abertura dos portos foi uma exigência inglesa, como retribuição do auxílio prestado a Portugal, e representava o estabelecimento do monopólio do comércio brasileiro. (DACANAL, 1980, p.10)

Estabelecidos tais dispositivos bilaterais, uma questão particular preocupava os interesses de expansão inglesa, ou seja, o sistema escravista vigente no Brasil, este ainda se constituía em uma grande barreira para tal implementação capitalista. Sob esta ótica da forma de trabalho, o escravo encontrava-se desprovido de poder aquisitivo, denotando assim um entrave as pretensões expansionistas da Inglaterra.

A Inglaterra tinha por objetivo central a questão do aumento de seu mercado consumidor e, para tal, tornava-se de suma importância a questão do fim do regime de trabalho baseado na escravidão, sendo assim, passou a pressionar Portugal no sentido de abolir o sistema produtivo alicerçado na mão de obra escrava, já em 1850 conquistou uma importante vitória neste sentido, ou seja, definiu a extinção do tráfico negreiro para o Brasil.

Analisar a dinâmica imigratória europeia para o Brasil no século XIX implica em estabelecer as relações com a questão de ordem escravocrata. Para Dacanal,

Trata-se de dois aspectos distintos de um mesmo processo: a transformação do regime de trabalho da sociedade brasileira. Na realidade, a existência do regime de escravidão impede o crescimento do fluxo imigratório, sendo a decadência do primeiro a condição para a expansão do segundo. (DACANAL, 1980, p.11)

A partir desta síntese de acontecimentos históricos fica claro que a Inglaterra, mesmo que de forma indireta, exerceu influência na implementação do processo imigratório no Brasil. Primeiramente, pressionando a Coroa portuguesa e, posteriormente, o império brasileiro no sentido de por fim ao sistema de trabalho assentado no regime de escravidão. Sendo assim, promoveu-se a vinda de imigrantes livres tanto para substituir a mão de obra escrava nas regiões nordeste e sudeste quanto para ocupar áreas de povoamento no sul do Brasil.

3.2 As causas da emigração alemã para o Brasil

A debilitada situação política de muitos países europeus, por volta das décadas intermediárias do século XIX, somada a uma série de movimentos de caráter revolucionário, aos poucos foram definindo-se como fatores repulsivos de uma grande massa populacional. Na visão de Garnier,

No começo de um estudo das causas de migração, uma palavra - "descontentamento"- quase poderia ser explicação suficiente, pois é isso que leva as pessoas a procurarem algo mais, e, muitas vezes nada mais é que o desejo ardente de algo novo, cuja imprecisão faz parte da atração. Muitas são as pessoas que jamais emigrariam se soubessem claramente o que as aguardava ao fim da estrada! (GARNIER, 1971, p.245)

Nos anos iniciais do século XIX, a Alemanha caracterizava-se como essencialmente rural. Mas, é a partir da revolução agrícola e demográfica ocorrida neste século, que se alavancou uma das bases propulsoras ao desenvolvimento do processo de industrialização.

A revolução agrícola trouxe consigo a abolição da estrutura feudal vigente até então. O camponês médio foi o grande beneficiado desta revolução, tendo em vista que o mesmo tornou-se proprietário da terra, na condição de ceder um terço ao senhor, ou seja, em outras palavras o efeito de tal reforma foi a libertação do médio camponês, que, tendo cedido um terço ou metade de suas terras, pode garantir a posse do que lhe restava e assim constituir uma exploração contínua suficiente para sustentar a família.

Em outra situação, ficou o pequeno camponês, ou seja, viu-se reduzido a uma pequena exploração a qual não era suficiente para satisfazer suas necessidades de sobrevivência, obrigando-o a se empregar como trabalhador agrícola, sob as ordens do antigo senhor feudal. "A causa principal da migração é a pobreza absoluta, da qual o homem foge impelido pelo simples desejo de sobreviver." (GARNIER, 1971, p. 246). Os filhos de camponeses, cujas propriedades já haviam sofrido sucessivas divisões, não encontraram alternativa se não a de buscar melhores condições de vida emigrando para as cidades em expansão ou para outros países. Confirma-se tal acontecimento a partir da afirmação de Willems:

Nas regiões (...) do sul e sudoeste da Alemanha, depois de cada colheita má, principalmente na Badênia e no Palatinado, o fome forçava milhares de sitiante alemães a emigrar, tornando-os presa fácil de agentes estrangeiros. Independentemente desses fatos intermitentes, os sítios e chácaras eram de tal

maneira retalhados, que mesmo em épocas boas não comportavam mais o número de pessoas que delas procuravam manter-se. (WILLENS apud DACANAL, 1980, p.14)

Quanto à industrialização da Alemanha, seu atraso em relação a outros países foi responsável pela liberação de um excedente populacional que o mecanismo de produção não conseguiu absorver. Conforme esclarece Arruda,

O antigo artesão que combinava a atividade artesanal com a agricultura, produzia o sustento indispensável à sobrevivência. Ao ser deslocado para o sistema fabril perde esta garantia básica fundamental [...] e tem que trabalhar para atingir o mesmo limite de sobrevivência. (ARRUDA, 1988, p.71)

O processo de industrialização que ocorreu a partir de 1870, em parte, absorveu muita mão de obra, mas também, ocasionou a ruína de trabalhadores do artesanato doméstico, que não tiveram condições de concorrer com as grandes empresas. Os pequenos artesãos juntaram-se aos camponeses que deixavam o país em busca de melhores condições de vida no Novo Mundo e em especial no Brasil.

Em um primeiro momento, a emigração alemã processou-se tendo em vista o atraso que se encontrava a Alemanha em relação à revolução industrial, mas, em uma segunda etapa, o processo emigratório definiu-se pelo excedente populacional decorrente do desenvolvimento industrial e crescimento demográfico, bem como, a partir de várias crises de conjuntura econômica.

O processo migratório de alemães que se desenvolveu a partir do século XIX não ocorreu de maneira espontânea, mas tendo em vista uma série de acontecimentos tanto internos como externos, que se agregaram ao modo de produção capitalista praticado no Brasil naquele momento.

3.3 A imigração alemã propriamente dita e os fatores de atração

Em vinte e cinco de novembro de 1808, quando da chegada de Dom João VI ao Brasil, Rei de Portugal, foi editado um decreto no qual uma das determinações residia no ato da doação de terras a não portugueses e, sobretudo, imigrantes que se dedicassem as atividades agrícolas, produzindo gêneros alimentícios, e que garantissem o povoamento em áreas de fixação de fronteiras.

Algumas décadas mais tarde, em 1848, um dispositivo legal atribuía aos governos provinciais o direito de colonizar, “[...] concedia a cada província seis léguas em quadras de terras devolutas para que fossem colonizadas por elementos imigrantes, porém não escravos.” (DACANAL, 1980, p.12). Tal resolução possibilitava a cada imigrante o atrativo da posse da terra, tendo em vista que ao término de cinco anos de cultivo sobre a terra, esta passaria para seu domínio legal.

Outro atrativo foi o fato ocorrido durante o período de 1820 a 1840, momento de mudança do eixo hegemônico da economia e política do país, que passou do pólo dos senhores de engenho do Nordeste para o poderio econômico dos fazendeiros do café no Sudeste. Estes últimos perceberam que o modelo de trabalho escravo encontrava-se pesado do ponto de vista monetário, e não condizente em relação à etapa do capitalismo na qual se situavam, culminando neste sentido, com a abolição do tráfico negreiro, tornando o acesso à mão de obra escrava escassa. Nesse contexto, visualizaram na imigração a substituição daquele modelo arbitrário e oneroso pela mão de obra livre.

Assim como o tráfico de escravos constituía-se como sendo oneroso, o novo modelo baseado no processo de imigração encontrava-se, também, em um patamar monetário elevado, mas para aquele momento representava uma alternativa viável na resolução da questão da falta de força de trabalho. O governo e a classe dominante passaram a promover ondas imigratórias, “[...] reconhecendo no europeu um elemento mais apto do que o escravo para ocupar-se de atividades agrícolas.” (DACANAL, 1980, p.16)

Esta dinâmica demográfica constituída de trabalhadores de origem europeia não portuguesa ocorreu em função da política oficial arquitetada e estimulada pela Coroa e pelos governos provinciais, cujo objetivo residia na questão do povoamento, ou então, a partir do interesse de particulares no sentido da obtenção de mão de obra.

Fica evidente que o verdadeiro sentido da imigração atendia aos interesses de ocupação e povoamento de localidades consideradas como sendo estratégicas para o governo, que nesta etapa exigia do colono uma hipoteca pelo seu trabalho e de sua família, a fim de ressarcir a dívida contraída no financiamento da sua vinda da Europa. Em conseqüência, o imigrante tornou-se refém do senhor de terras, este o detentor do poder político, o exemplo desta situação ocorreu nas fazendas de café em São Paulo.

É importante ressaltar, no sentido de distinguir, as diferenças entre os imigrantes que se deslocaram a São Paulo daqueles vindos para o Rio Grande do Sul. Os imigrantes do Estado de São Paulo foram contratados para exercerem a função de trabalhadores assalariados nas grandes propriedades cafeicultoras, “[...] na condição de assalariado rural, dispõe apenas de uma pequena extensão de terra para cultivo próprio.” (DACANAL, 1980, p.19).

O processo de imigração em São Paulo ocorreu a partir de uma oposição dos cafeicultores em relação à política de colonização, pois o objetivo residia na obtenção de mão de obra para o trabalho na lavoura e não no povoamento, constituindo o chamado colonato paulista.

Neste contexto, os cafeicultores conseguiram impedir a formação de núcleos coloniais próximos de sua área de influência, sendo assim, visualizou-se que os núcleos de colonização alemã concentraram-se em locais não propícios às culturas implementadas pelo fazendeiro do café. Para Dacanal,

Isto explica por que a colonização estrangeira (no sentido em que se empregou este termo) só teve êxito no sul do Brasil e em especial no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os grandes proprietários de terras destes estados não desenvolviam culturas de latifúndio, mas sim se dedicavam a atividades de criação de gado. (DACANAL, 1980, p.20)

No Rio Grande do Sul, o processo imigratório foi promovido por uma política oficial no sentido de ocupar e povoar uma parcela deste território a fim de produzir alimentos que atendessem a demanda interna do país. “Os imigrantes que se dirigiam para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno.” (DACANAL, 1980, p.19)

A localização desses núcleos, inicialmente, ocorreu próximo dos centros urbanos e bem distantes das áreas da grande propriedade, sendo assim, não apresentavam nenhum entrave à manutenção da hegemonia política e econômica vigente, representada pela classe dos latifundiários.

Consequentemente, os resultados dessas políticas de imigração foram totalmente opostos: no extremo sul essa política resultou na implantação de núcleos coloniais de pequenos proprietários; em São Paulo ela foi responsável pela formação de um proletariado rural que vendia sua força de trabalho, mudando constantemente de patrão. (LANDO e BARROS, 1981, p.26)

Vista de um modo abrangente, a imigração para o Brasil significou, inicialmente, a busca pela resolução da questão da falta de mão de obra para as lavouras do sudeste do país e, especificamente para o Rio Grande do Sul, resultou na implantação de núcleos coloniais, que formaram as pequenas propriedades familiares no estado.

Portugal, desde muito cedo demonstrava preocupação com o povoamento do sul do Brasil, para o qual planejava mandar, já no século XVIII, imigrantes de origem alemã e italiana. O Rio Grande do Sul era uma região muito disputada entre Portugal e Espanha, “[...] sobretudo, porque a linha de Tordesilhas fixava como limite do domínio português Laguna, em Santa Catarina, ficando o sul praticamente sob o domínio espanhol.” (DACANAL, 1996, p. 33)

O fato de estar o sul do Brasil distante do centro político e econômico nacional, constituído por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais acirrava tal disputa. A questão envolvendo a distância que por sua vez definia o isolamento dos grupos ali residentes promoveu uma vida política, social e econômica própria e de certa forma estável. Além do fato de isolamento do sul do país em relação aos pólos de maior desenvolvimento econômico e domínio político, as características de ordem geográfica apresentavam-se como um entrave, ou seja, as técnicas eram muito rudimentares nesta época.

O isolamento do Rio Grande do Sul como zona de transição e zona fronteira, inerentes à situação geográfica ocupada pelo sul, contribuiu com uma formação social, política e econômica diferenciada. Segundo Dacanal,

A princípio, pela sua peculiaridade de zona fronteira, a preocupação do governo português pelo sul visava apenas proteger certos pontos estratégicos da costa, a fim de impedir as possíveis invasões de espanhóis localizados na zona do prata. Entretanto, tomando consciência dos resultados que a conjugação dos três fatores acima mencionados acarretava – grandes espaços vazios – o governo inicia, mais tarde, uma política de integração das grandes planícies do sul à sociedade e à economia do país. (DACANAL, 1996, p.34)

Desde muito cedo, já havia uma preocupação por parte dos portugueses em criar núcleos de povoamento com o objetivo de defesa e posse da região, visando um povoamento intensivo.

O povoamento do Rio Grande do Sul, no período inicial de sua conquista no século XVIII, é atribuído a duas correntes distintas: a lagunista, de origem paulista, avançou para os campos do continente, promovendo o povoamento e colonização da

costa em direção ao sul, ligados ao espírito de aventura, ocuparam-se com a tomada do interior do continente de São Pedro, dedicando-se ao pastoreio e residindo na campanha; a outra corrente, a açoriana, vinda por iniciativa oficial ou própria, foi conduzida para a barra do Rio Grande, formando centros organizados de povoação e dedicando-se a agricultura, principalmente o cultivo de cereais como o trigo.

O sistema de sesmarias (extensões de terra doadas a donatários portugueses, luso-brasileiros e espanhóis) inicialmente cumpriu suas funções de disseminação da atividade pastoril e do povoamento do território, embora tenha cumprido em parte tais objetivos, acarretou o surgimento de espaços vazios. Tais vazios não eram explorados por seus proprietários e inacessíveis a exploração por parte de outros elementos, esta situação tornou-se complicada a partir do momento em que populações de origem rural (posseiros) começaram a ocupar tais terras não cultivadas ou devolutas.

Reconhecendo a delicada situação que se apresentava naquele momento, cujas conseqüências denotavam uma ameaça a grande propriedade, o governo estabeleceu a extinção do regime de sesmarias em julho de 1822.

Enquanto a expansão do latifúndio era de varias formas facilitada, a pequena propriedade, durante os três primeiros séculos, só contou com uma via de acesso: a posse, se, num primeiro momento, a posse se mantém através do emprego da violência, num segundo momento o governo, num processo contínuo, institucionaliza-a por meio de leis que favorecem a formação e consolidação da pequena propriedade rural. (DACANAL, 1996, p.38)

É a partir deste contexto e sob tais condições que se configurou uma política oficial de colonização, que propiciou a instituição da pequena propriedade familiar. Essa nova forma de ocupação foi levada a cabo uma vez que a política com os açorianos fracassou, e visava dinamizar a economia gaúcha, ou seja: “[...] ativar a produção agrícola, de modo a compensar o desequilíbrio, numa economia ainda frágil, resultante do absoluto predomínio da pecuária.” (CÉSAR, apud DACANAL, 1979, p.22)

4 A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

O processo de colonização estrangeira no Rio Grande do Sul, no início do século XIX, trazia no seu bojo as bases em relação ao estabelecimento da pequena propriedade rural, conforme Dacanal, “Tal estrutura não resultou de fatores históricos ocasionais, ou de movimentos espontâneos: é fruto de uma política agrária, orientada no sentido de ocupar e proteger das possíveis incursões de espanhóis.” (DACANAL, 1996, p.39)

E, ainda, segundo o mesmo autor:

Para melhor compreensão do problema da colonização no Rio Grande do Sul e seu conseqüente resultado - a pequena propriedade rural – é imprescindível um recuo no tempo, analisando de que forma se processa o povoamento e a fixação a terra, desde os seus primeiros tempos. (DACANAL, 1996, p.33)

A pequena propriedade cuja finalidade principal residia no abastecimento do mercado interno, funcionou como segmento produtivo que dinamizou a economia nacional. Desta forma, a partir da conjuntura em que a estrutura latifundiária começava a apresentar sinais de declínio produtivo, tendo em vista a abolição da escravatura, todo o sistema agroexportador entrou em crise. Embora não tenha sido uma crise direcionada a agricultura, mesmo sendo este o segmento que mais foi afetado, foi uma crise inerente a expansão do modo de produção capitalista no Brasil. É neste contexto que a imigração estrangeira se insere no espaço agrário brasileiro.

Em vista disso, os latifundiários gaúchos demonstraram uma atitude favorável à vinda de europeus não portugueses e a instalação de núcleos coloniais, cujo objetivo residia em consolidar a propriedade familiar, com imigrantes alemães. Esta atitude constituiu-se numa crítica à sociedade tradicional em duplo sentido: introdução do trabalho livre e afirmação da pequena propriedade.

O governo brasileiro foi o responsável por atrair os emigrantes europeus, ofertando-lhes subsídios em dinheiro ou diversas vantagens. O imperador Dom Pedro I, interessou-se pela ocupação e exploração de novas regiões do Brasil com população

branca não portuguesa, sendo assim, por resolução imperial introduziu-se a colonização. Teoricamente, o governo trabalhava com a ideia de recrutamento de pessoas na Europa, compensação à demora da viagem, bem como o custo da mesma, concessão de terras, instalação de colonos entre outras vantagens. Entretanto, segundo Roche,

No começo do século XIX, todo movimento espontâneo de migração entre a Alemanha e o Brasil era inconcebível, em virtude das diferenças dos meios e dos gêneros de vida e em razão da distância que separava os dois países: a lentidão, as probabilidades e o preço da travessia, duas vezes mais elevado que para os Estados Unidos, faziam recuar os emigrantes. (ROCHE, 1969, p. 93)

As colônias do Rio Grande do Sul caracterizavam-se por sua peculiaridade em relação a outras zonas de povoamento no Brasil, “[...] onde o governo não dispunha de tão vasta extensão de terras devolutas.” (ROCHE, 1969, p. 93)

O começo da colonização efetiva no Rio Grande do Sul, após a tentativa feita com os açorianos, ainda no século XVIII, aconteceu a partir de 1824, quando se iniciou a chegada de colonos alemães – estes inicialmente ocuparam as áreas dos vales dos rios Jacuí, Caí, Taquarí e dos Sinos, até a Serra Geral, como mostra a figura 3.

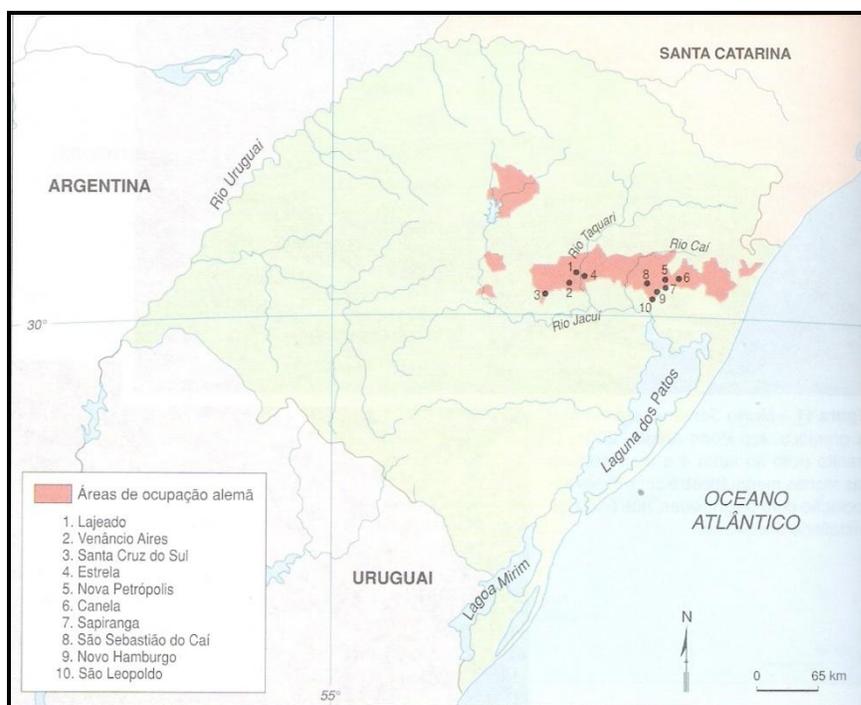


Figura 3 - Mapa das áreas ocupadas pelos imigrantes alemães.
Fonte: MAGNOLI, 2001, p.40.

Essa colonização alterou a ocupação do espaço, levando gente para áreas até então desprezadas, introduzindo também outra característica socioeconômica: até então, a classe média brasileira era insignificante, e se concentrava nas cidades. Os colonos alemães, ao longo do tempo, vieram a formar um segmento social de pequenos proprietários e artesãos livres, em uma sociedade dividida entre senhores e escravos. Economicamente, o estabelecimento dos imigrantes alemães inseriu uma nova composição de forças produtivas que se desenvolveu ao longo do século XIX, tanto nacionalmente como no Estado do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul os imigrantes ocuparam terras que seriam impróprias para a prática da pecuária, atendendo desta forma aos interesses de pecuaristas de salvaguardar os seus domínios territoriais e a continuidade do sistema extensivo de criação de gado. Nas palavras de Pebayle,

Entre as regiões de pecuária e as colônias florestais observamos que os intercâmbios eram antigos. Se bem que faltem testemunhos históricos sobre essa questão, parece que as primeiras colônias alemãs buscaram muito rapidamente junto aos criadores dos campos vizinhos os animais de tração e as vacas leiteiras dos quais tinham necessidade. Em contrapartida, os colonos puderam abastecer diretamente as fazendas em produtos agrícolas primários como o feijão e o milho ou semi-elaborados (tabaco, cachaça). (PEBAYLE, 1975, p.4)

Esta segregação espacial não só satisfaz aos pecuaristas, como tornava os colonos independentes em relação ao grande proprietário, sendo este um elemento importante na distinção das duas áreas geográficas e das sociedades que nelas se organizaram. Pode-se afirmar que este foi um dos fatores determinantes na distribuição e desenvolvimento das colônias alemãs. A distância física existente entre a zona colonial e a campanha pastoril, durante este período, estimulou o surgimento de um mercado interno regional para os produtos de origem agrícola.

Inúmeras eram as motivações para a vinda de colonos alemães para o Rio Grande do Sul, do ponto de vista do continente europeu, existia interesse em aliviar a tensão social surgida do processo de industrialização e mecanização da produção que mesmo criando oportunidades para os operários urbanos, ocasionou um aumento do desemprego nas áreas rurais. Quanto ao império brasileiro seus interesses eram o abastecimento interno, principalmente na forma de alimentos, e a necessidade de mão de obra livre.

A produção agrícola na zona colonial com base na pequena propriedade foi um importante componente para a formação do mercado gaúcho. Por outro lado, a precariedade das vias de transporte constituiu-se em sérios obstáculos no escoamento da produção, pois encareciam os custos dos produtos. No período inicial da colonização, possuir uma carreta puxada por bois ou cavalos ampliava e diferenciava uns poucos alemães que souberam obter vantagens sobre este problema, como alguns que organizaram a navegação fluvial nos rios Jacuí, Caí, dos Sinos e Taquarí.

O berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul foi São Leopoldo, colônia criada em 1824. Devido sua posição estratégica por causa da primeira estrada férrea do estado, que ligava a colônia a Porto Alegre, ela destacou-se das demais, tendo menor dificuldade para escoar sua produção, bem como sua comercialização. Nas palavras de Coaracy (1957, p.10), “A primeira das numerosas colônias de elementos alemães que tanto viriam a contribuir para o desenvolvimento das províncias meridionais do império (...).”

O processo de colonização de São Leopoldo iniciou-se com um pequeno grupo de 124 colonos, conforme aponta COARACY (1957), mas rapidamente outras levas de trabalhadores vieram a reunir-se aos primeiros e poucos anos mais tarde, já no ano de 1830, São Leopoldo, contava com pouco mais de 4.800 colonos adultos – todos alemães.

Deve-se ressaltar que de 1824 a 1870, de acordo com Coaracy (1957, p.22-23), “[...] foram quase exclusivamente alemães os imigrantes que se estabeleceram nas terras das províncias meridionais do Brasil (...)” Tais contingentes formaram núcleos coloniais, tanto por iniciativa do Governo Imperial quanto por iniciativa privada.

4.1 Os períodos da imigração alemã no Rio Grande do Sul

A história administrativa do processo de colonização no Rio Grande do Sul não deixou de sofrer a influência das amarras da política e economia do país, sendo assim a dinâmica imigratória no Estado do Rio Grande do Sul passou por cinco períodos, “[...] conforme a colonização dependia do governo central ou do governo local e gozava do favor ou desfavor oficial.” (ROCHE, 1969, p.94), a saber:

PERÍODO	DATA	CARACTERÍSTICA
1º	1824 -1847	A colonização imperial
2º	1848 -1874	A colonização provincial
3º	1874 -1889	O colapso da colonização
4º	1890 -1914	A segunda colonização provincial
5º	A partir de 1914	A liquidação da colonização

Quadro 2 - Síntese dos períodos da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Fonte: do autor, Adaptado de Roche, 1969.

Não se pode caracterizar a dinâmica imigratória como um processo homogêneo e contínuo, pois ocorreu em diversos momentos e em função de diferentes acontecimentos históricos. Assim, “A irregularidade do movimento imigratório deve-se, portanto, à incapacidade do sistema de encontrar soluções alternativas para as várias crises que surgem.” (LANDO e BARROS, 1981, p.27)

4.1.1 Primeiro período (1824 - 1847)

Neste primeiro período o governo imperial tratou de organizar e dirigir a colonização, “Quando os colonos começaram a chegar, não havia legislação geral sobre a matéria, nem delimitação precisa das atribuições das diversas autoridades, nem funcionários especializados.” (ROCHE, 1969, p.94)

Como já foi mencionado anteriormente, o berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul, foi São Leopoldo, “[...] cujo nome resume as primeiras experiências da colonização oficial.” (ROCHE, 1969, p.94)

A colônia de São Leopoldo foi estabelecida em terras pertencentes à Coroa, na área da Real Feitoria do Linho e Cânhamo, explorada até este momento sem sucesso e com mão-de-obra servil. Em março de 1824, o presidente da Província recebeu uma ordem no sentido de preparar-se para a instalação de colonos recrutados na Alemanha. Desse modo,

Para atraí-los mais facilmente, oferecera-lhes condições extremamente favoráveis: os colonos viajariam à expensas do Governo Brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam como livre

propriedade de terra (77 hectares) por família, e cavalos, vacas, bois, etc; durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça; enfim, seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos. (ROCHE, 1969, p.95).

Nesse período, a constituição do império definia-se como contrária à concessão imediata da nacionalidade brasileira e defendia como religião oficial do estado à prática católica. Contudo, essas cláusulas desapareceram dos contratos em 1827, mas permaneciam ainda promessas que o governo nem sempre manteve: concessão de terras e ajuda financeira, estas suprimidas a partir de 1830.

Somente os primeiros colonos receberam terras sem atraso por parte do governo, os demais, chegados em dezembro de 1824, encontraram muitas dificuldades para instalação, esta situação agravou-se a ponto de os colonos esperarem meses para receber um lote. Distribuíram-lhes ferramentas e sementes, até que tivessem condições próprias de sustento e receberam com certa regularidade uma indenização.

Os colonos destinados a tornarem-se os agricultores do Rio Grande do Sul, iniciaram seu trabalho sem nenhum tipo de orientação técnica, pois ignoraram as características locais a respeito do solo, das plantas, das estações climáticas, etc; sendo assim, foi elaborado um dicionário de agricultura com o objetivo de ajudá-los com esta prática.

Visualizando a importância do desenvolvimento econômico para o futuro das colônias, promoveram a distribuição dos lotes tendo em vista facilidades de acesso e das possibilidades de transporte. Ficou, ainda, estabelecido que os imigrantes não aptos para a agricultura mantivessem as atividades que já exerciam na Alemanha, sendo assim, promoveu-se a abertura de estabelecimentos comerciais e diversas oficinas de artesãos nos arredores de uma capela no rio dos Sinos. Segundo Roche,

[...] os vários corpos de profissão já são representados: moleiros (com 8 azenhas), sapateiros, tecelões, alfaiates. Existe uma fábrica de azeite, uma fábrica de sabão e oito pequenos curtumes, células-mães da indústria do couro que prospera hoje em São Leopoldo e Novo Hamburgo. (ROCHE, 1969, p.97).

A colônia se estendeu depressa da antiga feitoria à borda da serra, abrindo caminho pela floresta virgem. Mesmo antes de terem atingido o limite de seus lotes, os colonos já passavam pelas áreas de domínio indígena, ocupadas também por animais selvagens. Os colonos eram abastecidos por hidrovias e da mesma forma exportavam

os seus excedentes de produção pelo rio navegável. São Leopoldo fortificou-se durante os primeiros cinquenta anos de existência a partir de seu porto, “[...] outras colônias, fundadas na mesma época, mas em condições diferentes, só conheceram a estagnação ou o fracasso.” (ROCHE, 1969, p.97)

O Rio Grande do Sul foi afetado por diversas crises políticas e econômicas que naquele momento estavam ocorrendo no centro do país, conseqüência disto, a colonização foi paralisada a partir de 1830.

No momento em que o governo poderia ter elaborado a legislação geral e a regulamentação sistemática que se tornavam necessárias, a Lei de orçamento, de 15 de dezembro de 1830, suprimia todos os créditos para a colonização estrangeira. Essa manobra do Parlamento condenava qualquer nova tentativa e arriscava aniquilar as colônias já existentes. (ROCHE, 1969, p.99)

Os colonos de São Leopoldo agitaram-se em razão dos prejuízos que sofreriam, tendo em vista que os pagamentos das indenizações prometidas pelo governo estavam vencidos, “[...] nem as que lhes haviam sido prometidas para os dois primeiros anos de estada, lhes eram pagas.” (ROCHE, 1969, p.99)

Em 1834, o governo imperial transferiu para as províncias a competência nos assuntos ligados a colonização. Entretanto, não esclareceu suas atribuições, causando dificuldades aos governos provinciais, além dessa questão, as províncias não possuíam muitos recursos próprios e, portanto, não teriam como fundar novas colônias. Além disso,

O Rio Grande do Sul não teve sorte e não aproveitou a descentralização estimulada pelo Ato Adicional, visto que, a 20 de setembro de 1835, rebentou a Revolução Farroupilha, que, durante dez anos, impediu o desenvolvimento da Província. (ROCHE, 1969, p.100)

Quando a colonização teve prosseguimento, ocorreu a partir da iniciativa das autoridades provinciais, que, naquele momento, tiveram que regulamentar a política imigratória. Em síntese, do ano de 1824 a 1846 foram criadas nove colônias no Rio Grande do Sul, tanto pelo governo imperial quanto pela iniciativa privada, conforme o quadro 3:

Nº	Ano	Nome das colônias	Natureza	Fundadores
1	1824	São Leopoldo	Oficial	Dom Pedro I
2	1825	São João das Missões	Oficial	J. F. Pinheiro
3	1826	Três Forquilhas	Oficial	J. F. Pinheiro
4	1826	São Pedro das Torres	Oficial	J. F. Pinheiro
5	1827	São José do Hortêncio	Oficial	Governo Imperial
6	1846	Feliz	Oficial	Governo Imperial
7	1846	Mundo Novo	Privada	T. J. Monteiro
8	1846	Bom Princípio	Privada	Guilherme Winter
9	1846	Pinhal	Privada	Miguel kroeff

Quadro 3 – Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o primeiro período.

Fonte: do autor, Adaptado de Roche, 1969.

4.1.2 Segundo período (1848 - 1874)

O período posterior ao da pacificação do Rio Grande do Sul foi mais propício para o processo de colonização, tendo em vista que o estatuto que embasaria tal procedimento já se encontrava estipulado.

Pela Lei Geral nº 514, de 28 de outubro de 1848, cada província recebia do império trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas, exclusivamente reservadas a colonização. A introdução e o emprego dos escravos, nela, eram proibidos, e os colonos não se tornariam proprietários das terras concedidas senão depois de as haverem desbravado e explorado num prazo máximo de cinco anos. (ROCHE, 1969, p.101)

O objetivo do governo imperial residia no desenvolvimento da agricultura a partir da exploração direta, foi essa lei que proporcionou a criação de colônias provinciais e que regeu o domínio territorial da província, até o período da proclamação da república.

A Lei Geral de 18 de setembro de 1850, que regulamentou a aquisição das terras devolutas, reservou as suas disposições ao Governo Imperial exclusivamente. O único título de aquisição doravante válido seria a compra e não mais a concessão. (ROCHE, 1969, p.101)

Com esta lei denominada de “Lei de Terras” - criou-se uma barreira a usurpação das terras públicas e assim um grande número de colônias particulares foram fundadas. A medida mais eficaz tomada pelo governo imperial foi a ordem enviada aos cônsules

brasileiros na Europa, estipulando o pagamento da passagem aos emigrantes, destinados ao Brasil, ou seja, pagaria “[...] a diferença entre o preço da travessia e o da passagem para os Estados Unidos.” (ROCHE, 1969, p.101).

Novas normas foram estabelecidas pelo regulamento de 1867, sobretudo, no que diz respeito à concessão dos lotes de terra a crédito e também concedia vantagens aos colonos, tais como: ferramentas, sementes, atendimento médico gratuito durante a fase de instalação, recompensa em dinheiro, ensino primário, direito ao exercício de culto. Mas, o governo imperial, somente em 1870, interveio indiretamente no processo de colonização no estado do sul do Brasil, nos demais anos ela foi organizada e direcionada pela administração local.

No momento em que a Província tomou a colonização sobre si, julgou-se necessário favorecê-la, pois a escravatura passava por uma crise e a agricultura suscitava grandes esperanças. A Província sente, pois, a necessidade de dar a colonização ampla base regulamentar. (ROCHE, 1969, p.102)

Em 1851, o presidente da província organizou um primeiro estatuto, e neste ficou estipulado: cadastramento de lotes que seriam distribuídos gratuitamente aos colonos, os colonos receberiam também ferramentas e sementes. Além disso, teriam direito a uma indenização pela viagem bem como uma ajuda em dinheiro durante o momento de sua instalação no Rio Grande do Sul. “Mas esses aspectos tão favoráveis não puderam ser mantidos, pois teriam pesado duramente no orçamento provincial.” (ROCHE, 1969, p.102).

Em 1854, promulgou-se outra lei definindo a verdadeira carta de colonização para o Rio Grande do Sul, nesta ficou estipulado que as terras não seriam doadas aos colonos, mas vendidas (à vista ou a crédito).

Dessa confusão de estatutos a respeito da colonização, nasceram grandes dificuldades do ponto de vista administrativo, particularmente no que diz respeito a questão da dívida colonial. Nas palavras de Roche,

Posto que o Governo Provincial deve-se recorrer ora ao sistema de contratos passados com recrutadores, ora a artifícios, como a compensação das despesas de viagem e os empréstimos para a instalação a fim de atrair os imigrantes, mostrou constante preferência pela imigração espontânea. (ROCHE, 1969, p.105)

Desde 1850, o presidente da província argumentava a favor da colonização espontânea, pois assegurava a entrada de capitais para o governo, que se limitaria ao processo de distribuição de terras. No lugar de manter recrutadores, optou-se por empregar tal montante de dinheiro na província, em construção de pontes, estradas, escolas nas regiões já colonizadas e, também, criou-se uma companhia de navegação direta entre a Alemanha e o Rio Grande do Sul, “[...] a qual receberia assim imigrantes espontâneos” (ROCHE, 1969, p.106).

O sistema baseado nos contratos foi o meio mais eficiente de alimentar a corrente imigratória nas colônias provinciais entre 1850 e 1873, entre outras vantagens, o modo de imigração por contrato se apresentava como sendo menos oneroso que o recrutamento direto. Durante este período, a imigração alemã por contrato não atingiu vinte mil entradas, “Essa falta de expressão imigratória explica a morosidade com que o governo provincial fundou e desenvolveu novas colônias durante este segundo período.” (ROCHE, 1969, p.109).

A lentidão com que se processou o desenvolvimento das colônias tornou-se um entrave no desempenho de atração que o governo desejava para estas, não realizando desta forma o povoamento do Rio Grande do Sul da maneira pela qual o governo esperava.

A atividade dos imigrantes nas colônias, no começo de sua implantação, era a agricultura para autoconsumo. Nessa época, os colonos firmavam a idéia de que as únicas terras propícias à prática da agricultura eram as de floresta, esta noção se espalhou para todos os colonos do estado do Rio Grande do Sul, “[...] quer tenham sido de origem oficial ou privada, todas essas colônias foram estabelecidas na orla florestal, que limitara a penetração luso-brasileira.” (ROCHE, 1969, p.113).

O resultado dessa percepção foi a formação de núcleos coloniais fundamentados na unidade cultural de origem desses grupos, permitindo assim a conservação da língua materna e a manutenção de gêneros de vida específicos e distintos da sociedade estancieiro-pastoril.

O governo, mais a opinião pública da província, passaram a preocupar-se com essa homogeneidade de povoamento, que constituía uma área cada vez mais vasta, e do receio em ver formar-se no Rio Grande do Sul uma “pequena Alemanha”. Desejou-se,

assim, banir uma língua e costumes (tradições) que até aquele momento eram consideradas “[...] fonte de disciplina ou de atividade e quebrar uma solidariedade local e étnica que primeiro se encorajara.” (ROCHE, 1969, p.113)

Entre os anos de 1848 e 1873 foram criadas 38 novas colônias no Estado, conforme quadro 4:

Nº	Ano	Nome das colônias	Natureza	Fundadores
10	1848	Caí	Privada	Santos Guimarães
11	1849	Santa Cruz	Oficial	Soares d’Andrea
12	1850	Fazenda Padre Eterno	Privada	Barão do Jacuí
13	1850	Rincão del Rey	Privada	Dr. I. R. Barcellos
14	1853	Estrela	Privada	Vitorino J. Ribeiro
15	1853	São Gabriel	Privada	P. C. Azambuja
16	1853	Conventos	Privada	Fialho e Baptista
17	1854	Silva	Privada	Fialho e Baptista
18	1856	Mariante	Privada	A. J. S. Mariante
19	1856	Maratá	Privada	J. Moraes & Cia.
20	1857	Santa Maria da Soledade	Privada	M. Silveiro & Cia.
21	1857	Pareci	Privada	José I. Teixeira
22	1857	Brochier	Privada	Irmãos Brochier
23	1857	Piedade	Privada	Eugênio de la Rue
24	1857	São Salvador	Privada	Eugênio de la Rue
25	1857	Santo Ângelo	Oficial	Lei 30/11/1855
26	1858	Teutônia	Privada	Schilling & Cia.
27	1858	Ubatuba	Privada	J. Ubatuba
28	1858	São Lourenço	Privada	J. Rheingantz
29	1858	Nova Petrópolis	Oficial	A. M. S. Ferraz
30	1859	Monte Alverne	Oficial	A. M. S. Ferraz
31	1860	Desterro	Privada	Crispim Ribeiro
32	1860	Escadinhas	Privada	Moraes

33	1860	São Caetano	Privada	Diversos
34	1861	São Vendelino	Privada	Eugênio de la Rue
35	1861	Schneiderthal	Privada	Eugênio de la Rue
36	1862	Rio Pardense	Privada	F. A. Borges
37	1863	Candelária	Privada	Rochemberger
38	1865	Santa Emília	Privada	Pereira & Cia.
39	1866	Sinimbú	Privada	Holtweissig & Cia.
40	1866	Lopes	Privada	M. Fontoura Lopes
41	1868	Arroio do Padre	Privada	G. Bauer & Cia.
42	1868	Cerrito	Privada	J. Rheingantz
43	1869	Arroio do Meio	Privada	J. P. F. Vargas
44	1869	Santa Silvana	Privada	C. G. Belchior
45	1869	Santa Clara (Pelotas)	Privada	J. de Sá Araújo
46	1870	Santa Clara (Lajeado)	Privada	A. Fialho V. Filho
47	1872	Faz. Conventos Vermelhos	Privada	Santos Pinto
48	1873	Cafundó	Privada	Bastos e Gehlen

Quadro 4 - Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o segundo período.

Fonte: do autor, Adaptado de Roche, 1969.

4.1.3 Terceiro período (1874 - 1889)

Este período ficou caracterizado pela indiferença do governo provincial em relação ao processo de colonização, “[...] enquanto os estabelecimentos fundados anteriormente seguiram sua própria evolução, a obra administrativa foi, sobretudo, conduzida pelo governo local.” (ROCHE, 1969, p.113).

Os deputados provinciais, nos momentos em que eram solicitados no sentido da concessão de crédito, discutiam a respeito do assunto, mas disponibilizavam poucos recursos para o processo de colonização, alegando elevado custo de instalação e baixa produtividade das colônias. O governo provincial se mostrou indiferente aos problemas apontados pelas colônias. Os colonos, cansados de esperar por uma resolução dos

programas de interesse público, iniciaram os trabalhos graças ao auxílio local. Conforme explica Roche,

No transcurso deste período começa um mal entendido entre os colonos e seus porta-vozes, de um lado, e os dirigentes rio-grandenses, de outro. Onde uns não vêem senão o fruto de trabalho assíduo e a conservação das virtudes ancestrais, outros percebem os indícios de germanização das zonas povoadas pelos colonos. (ROCHE, 1969, p.114)

Tendo em vista o receio por parte do governo provincial em relação a um possível processo de germanização, as autoridades locais reduziram a imigração alemã, entre 1875 e 1889, “[...] a menos de 6.000 indivíduos, que representavam apenas 11% da imigração total no Rio Grande do Sul, durante o mesmo período.” (ROCHE, 1969, p.115).

Além desta questão da diminuição por parte do governo provincial a respeito da imigração, as autoridades locais buscaram resolver questões que estavam pendentes, em destaque: a legitimação das propriedades e o reembolso da dívida colonial, problemas de ordem administrativa, assim como o gerenciamento dos alojamentos e transportes dos imigrantes até o lugar de destino.

De 1874 a 1889, houve constantes atritos entre as duas administrações, censurando o Governo local ao Governo Geral pelo desperdício dos créditos, pela má administração dos núcleos e pela má escolha dos colonos, cujo número crescente tentava ficar ou voltar imediatamente para Rio Grande e Porto Alegre. (ROCHE, 1969, p.116)

O governo provincial possuía, anteriormente, o interesse no estabelecimento de colonos nacionais, mas como não conseguiu se organizar nesse sentido deixou a questão da colonização sob responsabilidade do governo geral, até o término do império.

Novamente, o governo imperial organizou uma propaganda imigratória na Alemanha, com o objetivo de atrair novos colonos para o Brasil, sendo assim, autorizou os cônsules brasileiros residentes naquele país fazerem viajar, de forma gratuita, os colonos interessados no deslocamento para o Brasil.

O governo imperial, inovou as suas disposições referente a demarcação dos lotes em terras públicas, bem como, a entrega dos títulos de propriedade aos colonos: em 1875, solicitou que fossem medidas o total das terras públicas devolutas no Rio Grande do Sul e passou a regulamentar várias questões de ordem administrativa, que

princiavam com o pagamento de subsídios e salários aos recém-chegados a manutenção dos registros de estado civil nas colônias.

Mas, na medida em que organizava estes novos benefícios aos imigrantes, bruscamente “[...] a decisão de 24 de dezembro de 1879 suspendia todas as despesas com a imigração oficial.” (ROCHE, 1969, p.116), e ocorreu novamente um grande interesse pelo estabelecimento da colonização espontânea.

Mais adiante, quer fossem vendidas as terras públicas aos particulares ou as sociedades comprometidas em colonizá-las, logo fundaram-se várias colônias particulares. O governo imperial mudou de atitude em 1885, tendo em vista as modificações ocorridas nas condições de trabalho agrícola em relação ao processo abolicionista, o ministério da agricultura julgou que a dinâmica da colonização deveria ser incrementada por um serviço de propaganda no sentido atrativo, da ajuda no custeio dos transportes dos imigrantes da Europa até o local de destino, bem como a venda de terras.

Contudo, as colônias que se formaram neste período, não se desenvolveram senão no período seguinte, sob gerenciamento republicano e sob a direção do governo local, que nelas havia interesse, “[...] sobretudo, porque seu progresso respondia a expansão dos antigos estabelecimentos germano ou ítalo-rio-grandenses.” (ROCHE, 1969, p.117).

No período de 1875 até 1889 foram criadas 32 colônias, conforme mostra o quadro 5.

Nº	Ano	Nome das colônias	Natureza	Fundadores
49	1875	Cêro Branco	Privada	B. kalden, Mülher
50	1875	Poço das Antas	Privada	Ely Weber & Cia.
51	1875	Forqueta	Privada	Diversos
52	1876	São Luís	Privada	Afonso Azambuja
53	1876	Novo Berlim	Privada	Schoet Py & Cia.
54	1877	Friedental	Privada	Ethmel, Pijot
55	1879	Benfica	Privada	Ethmel, Pijot

56	1879	Bastos	Privada	Bastos, klenzen
57	1880	Travesseiro	Privada	Xavier Alves
58	1880	Piedade	Privada	Felipe Selbach
59	1880	Pirajá	Privada	Diversos
60	1880	Sete Léguas	Privada	A. J. S. Mariante
61	1881	Santo Antônio	Privada	J. A. Pinheiro
62	1881	Aliança	Privada	Augusto Kardt
63	1881	Arroio	Privada	J. Rheingantz
64	1882	Municipal (Pelotas)	Oficial	Cons. Municipal
65	1882	Santa Helena	Privada	S. von Schlegell
66	1883	Retiro	Privada	M. F. Lopes
67	1884	Nova Santa Cruz	Privada	Diversos
68	1885	São Luís	Privada	L. J. S. Leivas
69	1885	Palmas	Privada	J. P. Fialho V.
70	1885	Entrepelado	Privada	Antônio Maciel
71	1886	Rio da Ilha	Privada	Felipe Wagner
72	1887	Xingú	Privada	Hermann Meyer
73	1887	Rincão São Pedro	Privada	Thompson
74	1888	Barão do Triunfo	Oficial	Governo Geral
75	1888	Vila Nova	Oficial	Governo Geral
76	1888	Rolante	Privada	João Renck
77	1889	Jaguarí	Oficial	União
78	1889	São Vicente	Oficial	União
79	1889	São Xavier	Oficial	União
80	1889	Santa Eulália	Privada	Azevedo e Souza

Quadro 5 - Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o terceiro período.

Fonte: do autor, Adaptado de Roche, 1969.

4.1.4 Quarto período (1890 - 1914)

O governo do estado, neste momento, possuía atribuições mais amplas, sendo assim, desenvolveu as colônias que anteriormente foram fundadas pelo governo imperial e tratou de criar novos núcleos, mas muito próximo da primeira grande guerra às reservas das terras públicas devolutas se esgotaram e a atividade imigratória decresceu. Roche explica que:

Não há imigração oficial desde 1914, e a direção de terras e colonização, completamente reorganizada, ocupa-se especialmente com a resolução dos problemas que a emancipação dos núcleos coloniais e a legitimação das propriedades apresentam. (ROCHE, 1969, p.118)

Neste quarto período referente ao processo imigratório no Rio Grande do Sul, ainda era motivo de disputa, do ponto de vista administrativo, ou seja, “A competência administrativa, em matéria de colonização, foi ainda disputada entre os governos central e local, que tinham concepções diferentes e cujos interesses divergiam.” (ROCHE, 1969, p.118)

A dinâmica pendular que, periodicamente, ocasionou a transladação de administração da colonização entre governo central e local, entrou em suspensão a partir do artigo 64 da constituição federal, que transferiu para os estados (membros da federação), “[...] a propriedade das terras públicas situadas em seus respectivos territórios.” (ROCHE, 1969, p.118).

A partir deste dispositivo, o governo local possuía autonomia sobre suas terras e então passou a fixar as modalidades de utilização das mesmas. O presidente do estado do Rio Grande do Sul tornou-se o responsável pela organização e direcionamento do serviço relativo às terras do estado.

Em 1897, o presidente do Rio Grande do Sul, criou várias comissões incumbidas de apontar quais terras pertenciam ainda ao estado, quais haviam sido incorporadas ao modo de apropriação irregular e, portanto, deveriam retornar ao seu domínio, e também aquelas que tinham sido legalmente adquiridas. Tendo em vista que muitas dessas terras adquiridas de maneira ilícita já haviam sido repassadas a terceiros, através de vendas, o governo decidiu ceder tais terras aos ocupantes, mediante uma razoável indenização. “Mas os últimos compradores viam-se obrigados a pagar suas terras pela

segunda vez, tendo a administração de vencer grandes dificuldades de ordem prática; por isso, essa medida foi logo tornada sem efeito.” (ROCHE, 1969, p.119)

Naquele momento, o que contava para o governo local era a colonização, que ele poderia desenvolver em suas terras devolutas, regulamentado pela constituição de 1891 que concedia a propriedade das terras públicas aos estados, mas deixava para o governo federal a competência em assuntos ligados ao desenvolvimento da agricultura e da imigração.

Daí se originaram novas dificuldades. A transmissão das colônias fundadas, na antiga província, pelo Governo Imperial, foi demorada e provocou uma confusão prejudicial a boa marcha do serviço, assim como ao interesse dos colonos. (ROCHE, 1969, p.120)

Somente em 1895, a partir da Lei Orçamentária, é que o serviço de colonização foi transferido para os estados, abriu-se no Rio Grande do Sul um serviço de crédito tendo por função auxiliar a colonização europeia. Mesmo posterior a 1895, indiretamente, a União através da imigração continuava a intervir no processo de colonização, bancando as despesas da viagem dos imigrantes até Porto Alegre, e a partir deste momento o estado do Rio Grande do Sul assumia os demais encargos.

Para Roche,

Realmente espontâneos ou tendo gozado da viagem gratuita oferecida pela União, os imigrantes não interessam ao estado senão quando se destinam as suas colônias e nelas praticam a agricultura. Concede-lhes a gratuidade da viagem até ao destino, da hospedagem e da alimentação até a sua acomodação no lote recebido, dos cuidados médicos e dos medicamentos, a concessão de adiantamentos em dinheiro para a construção da casa e a exploração das terras, [...]. (ROCHE, 1969, p.123)

Mas, tais subsídios foram suprimidos em 1890, restabelecidos em 1892, suspensos novamente em 1893, mais uma vez restabelecidos em 1896 e alterados em 1898. A incerteza dessas medidas definia no imigrante uma dúvida em relação a política do estado e as suas reais intenções para com ele imigrante, pois independente do dispositivo a ser empregado, a questão envolvendo a dívida colonial permanecia, ou seja, a terra tão sonhada pelo imigrante somente era adquirida mediante a compra “[...] visto que o governo via, nela, um meio eficaz de estabilizar a população rural e prender, assim, o homem a terra. Infelizmente, o sistema empregado pelo estado não era ainda perfeito.” (ROCHE, 1969, p.123)

Apesar de todos esses acontecimentos de ordem jurídica, bem como de interesses divergentes, verificou-se que no intervalo de tempo entre 1889 e 1914, houve um expressivo desenvolvimento dos núcleos coloniais herdados do império, ou fundados a partir de 1890, cabe ressaltar que as colônias de origem alemã até este momento contavam com, “[...] mais do sexto da população do Rio Grande do Sul (...).” (ROCHE, 1969, p.125) e mesmo com este expressivo contingente demográfico, tal população não desempenhava nenhum papel de caráter político.

Ao final deste quarto grande período do processo imigratório germânico no Rio Grande do Sul, o governo provincial inclinou-se em conceder certa independência às colônias, ampliando o papel da administração local, por outro lado, a imigração já não encontrava-se mais alimentada predominantemente pela Alemanha, mas ocorria tendo em vista o aumento dos descendentes de alemães já instalados aqui no Rio Grande do Sul, ou seja, “[...] as colônias germânicas estão, mais do que nunca, vivas no Rio Grande do Sul.” (ROCHE, 1969, p.130).

Nesse período, foram criadas 45 colônias, conforme quadro 6:

Nº	Ano	Nome das colônias	Natureza	Fundadores
81	1890	Sesmaria Machado	Privada	Machado
82	1890	Dona Francisca	Oficial	União
83	1890	Botucaraí	Oficial	União
84	1890	Toroqua	Oficial	União
85	1890	Ijuí	Oficial	União
86	1890	Toropi	Oficial	União
87	1890	Sanga Funda	Privada	Diversos
88	1891	Guarani	Oficial	União
89	1891	São Manoel	Privada	Pedro Toledo
90	1891	Marquês do Herval	Oficial	União
91	1892	Ijuí Grande	Privada	Bastos e Azevedo
92	1893	Sertão Santana	Privada	Diversos
93	1895	Cachão	Privada	Hegemann e K.

94	1895	Saldanha Marinho	Privada	C. Silva & Cia.
95	1895	Forquetinha	Privada	B. Rosa, Coutinho
96	1896	Favela	Privada	Diversos
97	1896	Santa Clara	Privada	Diversos
98	1897	Alto Jacuí	Privada	Diversos
99	1897	Não-me-toque	Privada	Schimitt & Cia.
100	1897	Barra do Colorado	Privada	Cia. colonização
101	1897	Boi Preto	Privada	H. Meyer & Cia.
102	1898	General Osório	Privada	Cia. colonização
103	1899	Neu württemberg	Privada	H. Meyer & Cia.
104	1900	Ernestina	Privada	E. C. Fontoura
105	1900	Catupi	Privada	E. C. Fontoura
106	1900	São João	Privada	J. B. Scholl
107	1900	São Pedro	Privada	P. N. Baptista
108	1900	Ramos	Privada	A. F. Ramos
109	1900	Santa Coleta	Privada	Dr. Epaminondas
110	1900	Santa Bernardina	Privada	Dr. Epaminondas
111	1900	São Domingos	Privada	C. Ritter & Irmão
112	1900	Triunfo	Privada	J. B. Scholl
113	1900	Fão	Privada	E. Hoeussler
114	1900	Vitória	Privada	Kruel & Cia.
115	1901	Sobradinho	Oficial	Estado do RS
116	1902	Cêrro Azul	Privada	Dr. H. Hoffmann
117	1902	Municipal	Privada	Governo Municipal
118	1903	Bela Vista	Privada	Cia. Colonização
119	1904	Gerisa	Privada	Cia. I. e Agrícola
120	1906	Nova	Privada	J. B. Scholl
121	1906	Coronel Selbach	Privada	Selbach
122	1907	Boqueirão do Leão	Privada	Selbach
123	1908	Buriti	Privada	Frode Johansenn

124	1908	Erechim	Oficial	Estado do RS
125	1908	Sanzas	Privada	Diversos
126	1908	São Manoel	Privada	Diversos
127	1908	Erval	Privada	Diversos
128	1909	São Brás	Oficial	Estado do RS
129	1910	Pontão do Ijuizinho	Oficial	Augusto Pestana
130	1911	Rio do Peixe	Privada	Cia. Colonização
131	1912	Dona Júlia	Privada	Vargas
132	1912	Timbaúva	Privada	Vargas
133	1912	Boa Vista	Privada	Lavradores RS
134	1912	São João Batista	Oficial	Estado do RS
135	1914	Steglich	Privada	Steglich

Quadro 6 – Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o quarto período.

Fonte: do autor, Adaptado de Roche, 1969.

4.1.5 Quinto período (a partir de 1914)

Neste período, deu-se, enfim, uma solução aos antigos problemas: imigração e colonização foram cisadas, os diversos órgãos governamentais tiveram suas funções fixadas, bem como a centralização administrativa concluída e a regulamentação completada.

Este período perpassa entre as duas guerras mundiais, momento este em que Brasil e Alemanha lutaram em lados opostos. Assim, segundo Roche:

Então, novos problemas culturais e cívicos apresentaram-se aos colonos, solicitados pela dependência a um Estado e pela fidelidade espiritual a uma Nação, assim como a administração rio-grandense, preocupada em integrá-los na comunidade brasileira. Por isso, este período é aquele em que o papel da administração e do governo esteve mais em evidência. (ROCHE, 1969, p.131)

Terminada a primeira guerra mundial, o governo brasileiro regulamentou a entrada dos imigrantes no país e fixou condições a serem aceitas por tais imigrantes, mas foi a partir da década de trinta que de fato se verificou uma efetiva intervenção da administração federal, neste momento o governo brasileiro copiou a legislação dos

Estados Unidos que neste período sofriam com a crise de 1929, e o conseqüente desemprego, sendo assim, “[...] os decretos de 12 de dezembro de 1930 e de 7 de janeiro de 1932 proibiram momentaneamente toda imigração.” (ROCHE, 1969, p.131)

A constituição elaborada em 1934 reservou ao governo federal a atribuição em relação a imigração, buscando assim preservar a estrutura racial e cultural no Brasil. Deu-se, então, o estabelecimento do sistema de quotas. Um artigo desta constituição limitou o processo imigratório “[...] a um máximo anual de 2% dos nacionais de cada país fixados no Brasil.” (ROCHE, 1969, p.131).

Em 1938, o governo definiu uma imigração dirigida, ou seja, a administração encarregou-se de imprimir as diretrizes políticas e econômicas do governo, levando em consideração, a etnia de origem, o agrupamento regional e a assimilação sócio-econômica dos estrangeiros em questão, pois o termo imigrante desapareceu neste contexto, e o governo passou a distinguir duas categorias de estrangeiro:

1. O estrangeiro temporário (permanência inferior a seis meses);
2. O estrangeiro permanente (haveria de ocorrer um esforço para obtenção deste título).

Torna-se importante ressaltar que, entre os permanentes, dirigidos pelas quotas, o governo dava evidente preferência aos agricultores e artesãos rurais. Uma primeira análise técnica em relação aos candidatos a imigração para o Brasil, era exercida pelo cônsul brasileiro no país de origem, e uma segunda consultoria era realizada quando da chegada desse imigrante, “A seleção torna-se, pois, a base do sistema de imigração.” (ROCHE, 1969, p.132).

O processo imigratório no Brasil foi, portanto, desde 1920, em termos de proporção, menos numerosa em relação a que havia ocorrido na segunda metade do século XIX e a partir de 1931 diminuiu ainda mais tal dinâmica, mas o ponto crucial para tal diminuição, em termos numéricos, ocorreu logo em seguida do término da Segunda Guerra Mundial, ou seja, não atingiu a importância e composição que anteriormente alcançava.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul aceitou, sem questionar, a limitação das entradas de imigrantes, ou seja, os dirigentes por parte do governo naquele

momento já encontravam-se adaptados ao modo imigratório de forma lenta – buscando assim proteger as poucas reservas de terras devolutas e explorá-las de maneira racional a partir dos descendentes de colonos já inseridos no Estado.

[...] a preocupação do governo em assegurar as condições mais favoráveis ao colono, no quadro de uma exploração racional das riquezas naturais ainda pertencentes ao patrimônio público. Esse mesmo cuidado se encontra na organização da administração, central e regional, encarregada da colonização, assim como em seus serviços. (ROCHE, 1969, p.137)

Os núcleos fundados no decorrer deste último período foram menos numerosos em relação às formações de períodos anteriores. O local desses núcleos era escolhido tendo em vista a disposição e o abastecimento de água, mas também em vista da função econômica e social que deveriam desempenhar: tornaram-se as principais povoações com escolas primárias voltadas para a difusão e uso da língua nacional. E, o último grande problema a ser resolvido pelo governo residia na questão da fixação dos descendentes dos imigrantes, ou seja, os encarregados por essa questão buscavam evitar seu êxodo para outras cidades ou estados onde ainda havia terras devolutas em abundância. Nas palavras de Roche,

A administração empreende um esforço louvável para resolver as hesitações e os erros dos regimes anteriores e para integrar os colonos tanto na vida social do Estado, como na vida econômica. O senso do humano tende a predominar nos administradores, desejosos de aplicar antes o espírito que a letra dos regulamentos, aos quais eles próprios estão submetidos. Procuraram empregar, o melhor possível, o tempo que lhes era concedido para forjar nova sociedade. (ROCHE, 1969, p.140)

Entre os anos de 1915 e 1942 foram criadas apenas sete colônias no Rio Grande do Sul, conforme apresenta o quadro 7:

Nº	Ano	Nome das colônias	Natureza	Fundadores
136	1915	Tamandaré	Privada	Matte,Vargas,Meira
137	1915	Weidlich	Privada	Weidlich
138	1915	Tesouras	Privada	Matte,Vargas,Meira
139	1916	Sarandi	Privada	Selig & Cia.
140	1917	Sturm	Privada	Sturm
141	1919	Rondão	Privada	Sedrin

142	1922	Pessegueiro	Privada	Zenzen
-----	------	-------------	---------	--------

Quadro 7 – Relação das colônias fundadas no Rio Grande do Sul durante o quinto período.

Fonte: do autor, Adaptado de Roche, 1969.

O último grande problema a ser resolvido pelo governo residia na questão da fixação dos descendentes de colonos, ou seja, os encarregados por essa questão buscavam evitar seu êxodo para outras cidades ou estados onde ainda havia terras devolutas em abundância.

A administração empreende um esforço louvável para resolver as hesitações e os erros dos regimes anteriores e para integrar os colonos tanto na vida social do Estado, como na vida econômica. O senso do humano tende a predominar nos administradores, desejosos de aplicar antes o espírito que a letra dos regulamentos, aos quais eles próprios estão submetidos. Procuraram empregar, o melhor possível, o tempo que lhes era concedido para forjar nova sociedade. (ROCHE, 1969, p.140)

A questão envolvendo o processo imigratório germânico para o Brasil e também Rio Grande do Sul, ao longo de sua história, foi alvo de diversas críticas de ordem orçamentária, pressão demográfica, econômica e também cívica, entretanto ao fazer um levantamento nesses e outros setores, percebe-se que o Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul lhes devem por suas várias contribuições, dentre tantas, a cultural.

5 O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ E POMERANA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS

A partir do século XIX tem início no Brasil a mudança na paisagem dominada pelas tradições culturais oriundas dos elementos luso-brasileiros, tradições essas que surgiram conforme menciona Anjos (2000, p.61) “[...] de miscigenação cultural entre o elemento branco português, o negro escravo e o índio.” Tal mudança ou transformação ocorreu em consequência do surto imigrantista de elementos brancos não portugueses que, segundo Anjos (2000, p.61) “(...) aqui chegaram munidos de diferentes bagagens culturais.”

No que concerne aos imigrantes alemães, estes realizaram o processo migratório (emigração-imigração) tendo em vista mudanças de ordem estrutural tanto nas suas regiões de origem quanto no espaço geográfico brasileiro, que se encontrava também em transformação. Ainda no princípio do século XIX, mesmo antes da unificação do Estado a Alemanha caracterizava-se por ser essencialmente rural, no entanto e nas palavras de Salamoni (2001, p.1): “A revolução agrícola e demográfica, que ocorreu neste século, serviu de fator propulsor ao desenvolvimento do processo de industrialização e urbanização.”

Como resultante de tais processos, ocorreu a desagregação da estrutura feudal que existia até então – provocando a expulsão de um grande contingente de camponeses alemães. As dificuldades econômicas eram tamanhas que uma grande parcela da população vivia em situação de penúria e, de acordo com Wille (2011, p.48-49) “[...] a miséria e a fome que rondavam os lares dos pequenos proprietários (...), e o desemprego provocado pela industrialização do país [...]” constituíram motivos para que milhares de alemães-pomeranos emigrassem em busca de uma nova terra e de um novo futuro.

No espaço geográfico brasileiro em transformação, havia conforme Anjos (2000, p.61) “[...] interesses do governo brasileiro em incentivar a imigração (...), no

caso mais específico do espaço do Rio Grande do Sul, tais interesses orbitavam nas questões apontadas por Coaracy (1957, p.5) no sentido de “[...] assegurar a posse do território e promover-lhe o povoamento por elementos aptos a desenvolver as suas potencialidades econômicas.”

Na Alemanha pós-feudal (miséria e desemprego) como fatores de expulsão (emigração), no Brasil – o Governo Imperial incentivando que elementos europeus não portugueses ocupassem e assegurassem a efetiva ocupação de determinados territórios, bem como, alavancassem o desenvolvimento dos mesmos a partir de suas peculiaridades e potencialidades, conforme Salamoni (2000, p.1-2) “Essa conjuntura favorável à imigração encontrou respaldo nos interesses do Governo Imperial em recrutar colonos, a fim de estimular o desenvolvimento econômico através da ocupação efetiva do território.”

Nesse sentido, cabe ainda ressaltar que o incentivo à imigração no Brasil, de acordo com Anjos (2000, p.63) “[...] atendeu a dois propósitos diferenciados (...).”

- 1º. Imigração por iniciativa particular: esta modalidade possuía incentivo governamental e tinha por objetivo prover a força de trabalho agrícola, tendo em vista a diminuição da mão-de-obra escrava principalmente a partir de 1850, em função da lei de proibição do tráfico negreiro.
- 2º. Imigração por iniciativa oficial: nesta modalidade buscava-se a formação de colônias de imigrantes – estes estabelecidos em pequenas propriedades, e a partir destes imigrantes tinha-se por objetivo o incremento da produção de gêneros agrícolas no sentido do atendimento da demanda interna.

Comparando os mecanismos que proporcionaram tais fluxos migratórios (iniciativa particular e iniciativa oficial), é na segunda modalidade que se verificou um processo de colonização hegemônico no Rio Grande do Sul. Lando e Barros (1992) afirmam que

Os imigrantes que se dirigiam para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno. Localizavam-se próximos de um centro urbano, mas suficientemente distantes das áreas da grande propriedade, de modo a não apresentar uma ameaça à sua hegemonia

política e econômica. Recebiam terras do Governo Imperial, as quais exploravam de modo independente, dedicando-se primeiramente à agricultura e à suinocultura. (LANDO e BARROS, 1992, p.19)

Por outro lado, nem todos os núcleos coloniais localizados nas terras meridionais do Rio Grande do Sul, lograram sucesso, tendo em vista diferentes motivos, no entanto, cabe destacar uma colônia de iniciativa particular que se notabilizou pelo seu caráter singular, pois, de acordo com Coaracy (1957):

[...] vencendo as dificuldades e vicissitudes naturais a este gênero de empreendimento, se desenvolveu, cresceu e prosperou até atingir a autonomia sob a forma de município, única e exclusivamente sob a administração privada, sem que se apresentasse a necessidade de ser encampada pelo governo (...). (COARACY, 1957, p.23)

Este foi o núcleo colonial de São Lourenço, fundado no ano de 1858, pelo alemão Jacob Rheingantz, tal colônia situava-se na Serra dos Tapes, município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Corroborando com as palavras de Coaracy (1957), Rambo (1956, p.92) menciona que “Entre as colônias particulares, merece menção especial a de São Lourenço, situada então no município de Pelotas, e sem nexos com a zona de expansão iniciada em São Leopoldo.”

Entre as razões que colaboraram para coroarem com êxito tal núcleo colonial, cabe mencionar que Jacob Rheingantz, anteriormente à fundação da colônia de São Lourenço, residiu na cidade de Rio Grande e também em Pelotas por muitos anos e, sendo assim, familiarizou-se com as características locais, com os gêneros de vida do país (modo de vida). Somente então, decidiu estabelecer-se conforme escreve Coaracy (1957, p.24-25) “[...] com as realidades presentes e perspectivas futuras [...]”

O empreendedor Jacob Rheingantz examinou minuciosamente as terras onde lhe parecia viável o estabelecimento de sua colônia agrícola, também conhecia com propriedade, as condições de vida na Alemanha e, conforme menciona Coaracy (1957, p.25) conhecia “[...] as aspirações dos elementos que convinha atrair para povoar uma região ainda virgem.” (COARACY, 1957, p.25). Ainda, Rheingantz estudou atentamente a legislação brasileira, sobretudo no que diz respeito ao tema da colonização, e nas palavras de Coaracy (1957),

Mais ainda do que esse conjunto de elementos derivados do estudo e da ponderação, o êxito da empresa foi devido à dedicação que Rheingantz lhe consagrou. Do seu ponto de vista, a colônia de São Lourenço não era apenas

uma iniciativa comercial, uma aplicação de capital e trabalho destinada a proporcionar em um futuro próximo ou distante, lucros e proveitos compensadores. Era uma obra que realizava uma criação do seu espírito e da sua vontade. (COARACY, 1957, p.25-26)

Segundo esse autor, Rheingantz fez brotar de uma região até certo ponto inóspita uma organização espacial fundamentada nas atividades socioprodutivas ligadas à agricultura; transformou uma terra desnuda em fonte de riqueza; proporcionou a imigrantes alemães de sua terra natal e pomeranos, a oportunidade de alicerçar um lar – oriundo do trabalho em um pedaço de chão que viria a ser deles. E, neste contexto, ocorreu à chegada dos imigrantes de procedência alemã e pomerana ao sul da província do Rio Grande do Sul e, tal processo, configurou-se atrelado à colonização da chamada Serra dos Tapes – situada no interior dos atuais municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas.



Figura 4 - Propriedade da família do Senhor Rudolf Thurov na Colônia de Bom Jesus, interior do atual município de São Lourenço (final do século XIX).
Fonte: Leonila Seus, 2012.

Cabe lembrar, que a primeira colônia agrícola da região de Pelotas, conforme menciona Anjos (2000, p.66) “[...] surgiu por volta do ano de 1780, no local denominado Serra dos Quevedos, hoje pertencente ao município de São Lourenço (...)”. Esta colônia era formada por agricultores açorianos, no entanto, tal empreendimento não logrou êxito de imediato, sendo assim, Anjos (2000) aponta que “[...] a ideia da colonização do município pela importação de braços europeus, data dos primeiros dias da instalação da primeira Câmara Municipal (...) pela lei provincial nº 143, de 27 de julho de 1848, (...)”. (ANJOS, 2000, p.66)

Apesar do insucesso inicial do processo de colonização por parte da iniciativa oficial, tal situação não constituiu empecilho para que surgisse, por volta de 1850, a Associação Auxiliadora da Colonização de Estrangeiros, entidade de caráter particular, cuja finalidade era, segundo Anjos (2000, p.66-67), a de “[...] proteger a emigração estrangeira de agricultores para a província.”

Do ponto de vista das características geomorfológicas, o município de Pelotas está dividido por duas grandes paisagens naturais: a de planície (sudeste do município) e a de região serrana (noroeste do município). Na primeira paisagem em questão, localizaram-se as grandes propriedades de pecuaristas-charqueadores, que utilizavam a mão-de-obra escrava; na segunda paisagem natural verificou-se a inserção e multiplicação de pequenas propriedades de caráter familiar (tais espaços destinados ao assentamento de imigrantes de procedência europeia não portuguesa) – estes praticavam a policultura, a pecuária de pequeno porte (aves, suínos) e a pecuária leiteira. O processo de colonização da região serrana de Pelotas foi realizado quase que exclusivamente por iniciativa particular ou privada, e nas palavras de Anjos (2000),

O Relatório de 1922, encaminhado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Pedro Luis Osório identifica, para o ano de 1900, nada menos do que 61 colônias, sendo apenas quatro delas oficiais: a Municipal criada em 1882 e as colônias Accioli, Afonso Pena e Maciel, criadas pelo governo imperial no ano de 1885. (ANJOS, 2000, p.67)

Após o domínio e a exploração econômica da região de planície, os estancieiros-charqueadores e empresários ligados ao comércio de Pelotas e região, focaram seus interesses (já no século XIX) para o conjunto de terras férteis da Serra dos Tapes. Aos poucos tais empreendedores foram se apossando destes espaços

inicialmente com o objetivo da extração de madeira e, posteriormente, passaram a formar os núcleos de colonização. Conforme aponta Anjos (2000)

O movimento colonizador em Pelotas inseriu-se no processo de especulação imobiliária, ocorrido a partir da Lei Provincial nº 304, de 1854, que não mais baseou na doação, mas sim na venda, o fornecimento de lotes aos imigrantes. As terras vendidas por particulares chegavam a custar 800% mais do que as vendidas pelo Governo para a formação de colônias oficiais, índice extremamente atraente. (ANJOS, 2000, p.68)

Grando (1990) corroborando com as palavras de Anjos (2000), menciona que:

Toda a Serra [dos Tapes] foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se ali uma corrente de imigrantes, que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo, na sua maioria, alemães. Mas afluíram para lá também espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outras províncias. De caráter espontâneo, essa imigração era atraída pelos organizadores das colônias, que, com ela, auferiam grandes lucros. (GRANDO, 1990, p.73)

Tendo por objetivo registrar a amplitude com que se processou a dinâmica da colonização no espaço geográfico serrano de Pelotas, apresentam-se algumas informações acerca das colônias fundadas no município, conforme o quadro a seguir:

Nome da Colônia	Fundador (Ano de fundação)	Número de lotes*	Número de famílias*	Número de pessoas*	Etnia
Lopes	Manuel da Fontoura Lopes (1866)	24	20	110	-
Arroio do Padre	Augusto Gerber e Guilherme Baner (1900)	74	67	385	Alemães
Cerrito	Jacob Rheingantz (1900)	60	47	370	-
Bismark	Guilherme Bauer (1868)	33	08	60	-
Santa Clara	Joaquim de Sá Araújo (1869)	22	16	120	-
Santa Silvana	Custódio Gonçalves Belchior (1869)	35	32	210	-
Arroio Bonito	Jacob Rheingantz (1869)	08	07	40	-

São Domingos	Por herdeiros de Domingos de C. Antiqueira (1875)	11	05	26	Alemães e italianos
Santo Antônio	João Antônio Pinheiro (1881)	85	85	467	Alemães e franceses
Arroio Grande	Jacob Rheingantz (1881)	30	30	200	-
Continuação	Gottiel Neruberg (1881)	11	10	55	-
Aliança	Augusto Hardt (1881)	68	47	340	-
Municipal	Pela Câmara Municipal (1882)	82	50	326	Alemães e italianos
Santa Colleta	Antonio Francisco Ribeiro (1882)	30	24	200	Alemães
Santa Helena	Sigmar Von Schiegel (1882)	24	22	161	Alemães
Retiro	Manuel da Fontoura Lopes (1883)	42	28	185	-
São Simão	Simão da Rocha (1883)	20	10	92	Brasileiros e italianos
Accioli	Governo Imperial (1885)	33	34	111	-
Affonso Pena	Governo Imperial (1885)	27	22	140	Italianos
São Luiz	Luiz Juvencio da Silva Leivas (1885)	32	30	340	Alemães e poucos italianos
Marina	Luiz Juvencio da Silva Leivas (1885)	26	26	160	Alemães e poucos italianos
Santo Amor	Dr. Vicente Cypriano de Maia (1885)	10	07	40	Alemães e poucos italianos
Morro Redondo	Dr. Vicente Cypriano de Maia (1885)	06	05	30	-
Maciel	Governo Imperial (1885)	65	55	343	Italianos

São Zacharias	Zacharias Delgado (1885)	07	14	66	Alemães, brasileiros, austríacos, franceses e italianos
Domingos Fragata	Domingos Francisco dos Anjos (1885)	08	06	34	Brasileiros, canarianos e portugueses
Santa Eulália	Heliodoro de Azevedo e Souza (1889)	91	78	340	Alemães
Santo Bento	José Bento de Campos (1899)	40	02	10	-
Progresso	Jacob Rheingantz (1891)	50	34	166	-
Catita	Luiz Juvencio da Silva Leivas (1891)	32	20	276	-
São Manoel	Pedro Antonio Toledo (1891)	133,5	43	236	Alemães
Manoel Dias	Domingos Jacintho Dias (1892)	14	07	28	-
Santa Izabel	Benjamim Leitão (1893)	29	01	06	-
Santa Aurea	Manoel Baptista Teixeira (1893)	53	11	64	Alemães
Santa Maria	João Schild (1893)	21	23	140	Alemães
São João	João Baptista Scholl (-)	45	22	154	-
São Pedro	Pedro Nunes Baptista (-)	31	16	104	-
Ramos	Antonio Ferreira Ramos (-)	30	30	176	-
Santa Bernardina	Dr. Piratinino e Frederico Nachtigall (-)	30	25	165	-
São Domingos	Dr. Epaminondas Piratinino de Almeida (-)	137	94	560	-

Dona Marcolina	Luiz Juvencio da Silva Leivas (-)	05	05	32	-
Santa Rita	Carlos Ritter e irmão (-)	12	10	54	Alemães
Visconde da Graça	Carlos Ritter e irmão (-)	15	04	25	Alemães
Triunpho	João Baptista Scholl (-)	56	50	245	-
Ritter	Carlos Ritter e irmão (-)	69	04	22	-
Julio de Castilhos	-	-	07	44	-
Santa Juliana	-	13	13	90	-
Caixão	-	08	03	10	-
São Francisco	-	19	18	110	-
Luiz Nelle	-	23	06	20	-
Florencio	-	42	10	28	-
Wilhelonhöhe	-	18	09	46	-
Santa Francisca	-	17	12	50	-
Alberto	-	07	02	05	-
João Lemos	-	10	03	09	-
Algodão	-	06	02	07	-
Chaves	-	20	-	-	-
Oliveira	-	31	27	210	-

Santa Thereza	-	-	-	-	-
Santa Hercília	-	-	-	-	-
São Pedro	-	-	-	-	-

Quadro 8 - Relação das colônias identificadas na Serra dos Tapes (Pelotas).

Fonte: do autor, adaptado de Anjos (2000, p.68-73).

Verificou-se a partir do processo de formação dos núcleos coloniais, no Município de Pelotas, o surgimento de um campesinato teuto-gaúcho, ítalo-gaúcho e franco-gaúcho, com predominância do primeiro nessa porção do espaço local. Tais núcleos coloniais encontravam-se estrategicamente distanciados dos grandes proprietários de terras – estes localizados na região de planície. No entanto, tendo em vista a estrutura viária existente no município, boa parte dos colonos obtinha acesso à zona urbana e a partir desta abasteciam-se de produtos (utensílios e ferramentas) necessários à sua sobrevivência, bem como, iniciava-se um processo mercantil entre colônia e zona urbana – sobretudo baseada em excedentes agrícolas. De acordo com Anjos (2000),

A estrada do Retiro dirigia-se para São Lourenço, ligando essa “vila” com Pelotas, atravessando os arroios Pelotas, Correntes, Contagem e Arroio Grande; Possuía diversos ramais levando à sede do município a produção das colônias de São Lourenço, Santa Silvana, Santa Clara, Lopes, Santa Thereza e Retiro. (ANJOS, 2000, p.75)

A organização e o poderio econômico das sociedades particulares de incentivo à imigração, aliado a boa qualidade do solo da Serra dos Tapes, mais a localização das colônias – servidas e próximas dos centros urbanos de Pelotas e Rio Grande, foram fatores fundamentais no sentido do sucesso dos empreendimentos de colonização. A região da Serra dos Tapes de Pelotas tornou-se um núcleo agregador de elementos estrangeiros e conforme Anjos (2000, p.76) “[...] uma das principais portas de entrada à zona urbana.” Assim, estabeleceu-se um intercâmbio econômico e cultural entre a cidade e suas colônias adjacentes – e, deste contato, muitos descendentes de imigrantes, motivados por diferentes situações, deixaram os núcleos coloniais e estabeleceram-se na cidade, tendo assim, contribuído de maneira mais efetiva para o

desenvolvimento da urbanização local e, conseqüentemente, para a formação de comunidades étnico-culturais no centro urbano local. Neste sentido, observa-se a tentativa, por parte dos colonos, de transladar para a cidade expressões culturais da vida comunitária rural. E, apesar, das influências do modo de vida urbano, relacionado à modernidade, surgiram formas “híbridas” de identidade cultural neste lugar.

6 O ENFOQUE CULTURAL NA FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES NA ESCALA GLOBAL E LOCAL

Ao estudar os aspectos ligados à imigração e colonização faz-se indissociável trazer para a discussão a questão da análise cultural do processo de globalização, envolvendo as imposições culturais e mercadológicas dos países que detêm tal dinâmica em relação aos diversos países e lugares que se colocam na posição de subjugados no processo cultural em questão. Ainda, as possibilidades de autoafirmação do local em relação ao global. Como diz Gil (1994), “Antes mundo era pequeno porque Terra era grande. Hoje o mundo é muito grande porque Terra é pequena [...]”

6.1 A globalização como um processo histórico

Neste pequeno trecho de introdução à música intitulada “Parabolicamará” do compositor e cantor Gilberto Gil, podemos perceber que o autor desta canção, não utiliza Terra e mundo como sendo sinônimos, na verdade conforme menciona Sene (2007, p.129) “As artes estão abertas a várias interpretações.”

Sendo assim, e retomando a ideia inicial de que Terra e mundo não foram tratados em tal canção como termos sinônimos, adentra-se na situação de que Terra é referência de Planeta e mundo denota o espaço das possibilidades. Por este caminho, visualiza-se que a compreensão de mundo, que se fazia anteriormente, girava em torno de o mesmo ser pequeno (repleto de limites por conta da falta de recursos para desvelamento do mesmo). Neste sentido, Sene (2007, p.129) aponta que “Havia quase tantos mundos quanto fossem os povos e muitos deles nem sequer sabiam da existência de muitos outros.”

Percebe-se, então, que o mundo das possibilidades se caracterizava como deveras pequeno, pois o planeta Terra ou simplesmente a Terra era vista como algo muito grande. No entanto, hoje é tranquilamente possível e viável, a sustentação da

ideia de que mundo e Terra se configuram como palavras sinônimas. Diante do exposto surgem alguns questionamentos: Como chegamos a esta concepção? Quais foram os fatores que possibilitaram tal compreensão? E, aponta-se como resposta: A globalização e sua relação com o sistema capitalista de produção. Conforme Moraes e Costa (1987):

Toda a história pré-capitalista da humanidade se desenrola no contexto de quadros espaciais restritos. Isto significa que inexistem, até o advento do capitalismo, uma história universal. São modos de produção inscritos em quadros particulares, em histórias ímpares e autônomas. Os contatos entre as civilizações são inexistentes, tênues ou esporádicos. (MORAES; COSTA, 1987, p.82)

Ainda, segundo Santos (1997, p.17) “A história do homem sobre a Terra é a história [...] entre o homem e o entorno.” A noção de planeta como globalidade, bem como da aproximação destas diversas histórias do homem sobre os diferentes espaços da Terra, somente foram possíveis tendo em vista o início das grandes navegações – antes desta empreitada de busca por novas terras, “[...] cada povo tinha seu mundo singular [...]” (SENE, 2007, p.131). Cabe mencionar que existem autores tratando o início da globalização enquanto processo, desde as viagens de Marco Polo à China, e segundo Costa (2008, p.18), são “[...] autores que afirmam ser a globalização um fenômeno que sempre existiu.”

O fato é que o advento das grandes navegações, cujo objetivo se constituía na exploração dos diferentes espaços terrestres, houve uma progressiva aproximação entre mundo e planeta. As singularidades aos poucos foram se desfazendo e se iniciou o que Santos (1996) denomina de unicidade da Terra.

O processo de avanço da globalização vem provocando tanto em termos de senso comum, passando pela mídia e até mesmo entre os diversos pesquisadores que se debruçam sobre o assunto, a percepção (sensação) de que está ocorrendo uma diminuição das distâncias, bem como, uma aceleração do tempo (a ideia de tempo diminuto). E nas palavras de Harvey (1989)

À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia “global” de telecomunicações e uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas – para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas – e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo o que existe, temos que aprender a lidar com o

sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais. (HARVEY, 1992, p.240)

É inegável que o processo de globalização e sua relação com a dinâmica do sistema capitalista, nas últimas décadas, não tenham passado por profundas transformações em âmbitos diversos, tais como: social, político, econômico, espacial e cultural. É difícil negar também que a globalização se constitua em um processo desvinculado à expansão do sistema político econômico intitulado capitalismo. No entanto, a visualização deste processo apenas pela ótica das questões econômicas, que, em termos gerais, é o enfoque que predomina, coloca tal questão em um patamar muito reduzido. Sabe-se, também, que é no plano econômico que se iniciam grandes transformações e estas se configuram mais evidentes (perceptíveis).

6.2 Breve análise da dimensão cultural do processo de globalização

A dimensão cultural do processo de globalização, não tem sido o grande destaque nas discussões que concernem tal debate, embora se faça lembrar que tal dimensão constitui em um aspecto importante no tema em questão. É consenso à hegemonia das análises das questões que envolvem a dimensão econômica de tal processo. No entanto, com a globalização da ideia de massificação do consumo, torna-se muito complicado a separação economia e cultura da análise em questão, e, conforme menciona Jameson (2001, p.22), “O cultural se dissolve no econômico e o econômico no cultural [...]”.

Sendo assim, ao se abordar a dimensão cultural do processo de globalização, a cultura não deve ser desconectada da dimensão econômica e conforme aponta Sene (2007, p.89-90) “[...] pode ser feita sob pelo menos três enfoques diferentes. [...] a globalização da cultura um processo de ocidentalização do mundo? De americanização? Ou será um processo de mundialização da modernidade?”

6.2.1 Primeira Análise: A Questão da Ocidentalização do Mundo

Os autores que defendem tal possibilidade visualizam a questão da ocidentalização do mundo como sendo parte integrante e indissociável ao processo de

expansão do capitalismo como modo de produção global. Sendo assim, como ponto de partida, tem-se no século XVI o princípio da expansão marítima europeia, com conseqüente processo de colonialismo. E, a partir disso, deu-se início ao processo de ocidentalização do mundo. Segundo Sene (2007, p.90) “Os europeus, imbuídos de um forte etnocentrismo e devido à sua superioridade econômica e, principalmente, militar, impuseram sua cultura – línguas, religiões, costumes, instituições, tecnologias, etc – aos povos submetidos.” Como conseqüência deste processo, verificou-se uma significativa “desaculturação” dos povos nativos, sobretudo os povos na América – estes perderam suas identidades culturais.

O processo de expansão europeia, como já mencionado anteriormente, teve início a partir do contexto do colonialismo e prolongou-se até aproximadamente a Segunda Guerra Mundial – período em que ocorreu o término do imperialismo clássico. No entanto, a retirada da presença militarizada do contexto dos países por estes subordinados, não representou uma possível autonomia e busca de identidade por parte dos povos a estes submetidos. Na verdade, a presença atual dos países do Ocidente se sustenta a partir de poderes simbólicos – ciência, técnicas, economia – estes constituem os novos agentes de dominação, e conforme menciona Latouche (1996, p.33) “A época do mundo finito chegou e começou com o fim da pluralidade dos mundos. Um mundo único tende a ser um mundo uniforme. [...] Esta unificação do mundo encerra o triunfo do ocidente.”

Na atual etapa de expansão do capitalismo globalizado, verifica-se uma reafirmação da ocidentalização do mundo – difundindo valores socioculturais, econômicos e políticos, e estes se sintetizam em padrões e valores sociais e culturais, sobre os modos de vida. A ocidentalização e modernização do mundo nada mais são do que o triunfo do sistema capitalista e da racionalidade técnico-científica e informacional que a este se engendra.

6.2.2 Segunda Análise: O Processo de Americanização do Mundo

Muitos autores que se debruçam sobre a temática da globalização, adotam a concepção de processo de “americanização do mundo”. Para tais autores, não se deve

incorrer no erro da separação entre as dimensões da cultura e da economia, e argumentam em defesa de sua tese, o crescente número de pessoas no mundo inteiro que assistem aos vários programas das emissoras norte-americanas, percebe-se, então, que o processo de intervenção de caráter cultural (cultura de massa) se constitui em um dispositivo muito mais poderoso que o antigo mecanismo implementado a partir do colonialismo – conforme descreve Jameson (2001), “Um grande cineasta indiano descreveu como os gestos e o modo de andar de seu filho adolescente tinham se modificado porque ele assistia à televisão americana: supõe-se que suas ideias e valores também tenham se modificado.” (JAMESON, 2001, p.48)

A partir do que foi discorrido acima, percebe-se que de fato ocorre um processo de americanização do mundo. E tal empreendimento, nada mais é do que o resultado de o sistema capitalista ter incorporado a cultura na obtenção de lucros crescentes.

Os americanos são mestres na arte do espetáculo que produzem, e espalham por todo o mundo os signos de um *american way of life*, que reproduz determinados comportamentos, um jeito de se vestir, hábitos alimentares – que se transformam num produto cultural novo, com a imposição de um saber homogêneo e consumido num tempo imposto. (CARLOS, apud, DAMIANI, 1999, p.70)

Ainda, no que tange a questão do processo de americanização do mundo, empreendimento este com suas características e especificidades (interesses), tal processo não se constitui na primeira experiência deste gênero na história de ocidentalização do mundo. Em outros períodos já ocorreram os processos de lusitanização, espanholização, entre outras imposições culturais. No período vigente da expansão do sistema capitalista como modo de produção, o processo de americanização do mundo se caracteriza por ser mais profundo e geograficamente muito mais abrangente se comparado aos processos desta equivalência que o antecederam.

6.2.3 Terceira Análise: O Processo de Globalização da Modernidade

Outra possibilidade de abordagem acerca da dimensão cultural da globalização trata a ideia de globalização da modernidade. Os autores que defendem esta concepção não aceitam as teses da ocidentalização, bem como, da americanização do

mundo – argumentam que a questão da globalização cultural é parte integrante e inerente ao processo de expansão da modernidade em escala global, conforme argumenta Giddens (1991, p.63), “A modernidade é inerentemente globalizante.”

Esses autores adotam o conceito de globalização cultural, processo que se encontra diretamente atrelado às difusões tecnológicas (telecomunicações) – e a partir deste dispositivo poderoso que é a mídia (sobretudo a eletrônica), vê-se uma tendência de homogeneização de hábitos e costumes. Conforme aponta Sposito (2004, p.135) a “[...] globalização refere-se à tendência na homogeneização de usos e costumes, com a predominância de meios de comunicação que podem inibir qualquer reação ou crítica individualizada, diante da padronização imposta.” E como exemplos do processo de globalização cultural, pode-se citar o crescente aumento da padronização de certos consumos – bebidas, veículos (marcas), programas de televisão, músicas, entre outras questões. Conforme Ianni (1996), em seu livro *Teorias da Globalização*, o conceito-chave é o de “Aldeia Global” e,

[...] essa denominação funciona como uma referência para a ideia de que se formou ‘a comunidade mundial’, concretizada com as realizações e as ‘possibilidades de comunicação, informação e fabulação abertas pela eletrônica’, estando em curso ‘a harmonização e a homogeneização progressivas’, numa época em que se ‘empacotam e vendem-se as informações’. (IANNI, 1996, p.16)

No entanto, há autores que defendem que de fato existe um processo de homogeneização, porém, de forma segmentada – mencionam a existência de uma classe média global e que esta possui desejos e necessidades muito similares – tal classe pode ser enquadrada no que se convencionou chamar de comunidade de consumo, e, tal comunidade transcende as geografias das etnias e tradições pois baseia-se nos usos de bens (produtos) similares, tais como bebidas, alimentos, indumentárias, filmes e músicas, entre outros itens de consumo. Com isso, conforme Sene (2007):

[...] os vendedores globais não trabalham mais com classes sociais, mas com segmentos transnacionais de consumo. Os produtos que a classe média brasileira consome são fundamentalmente os mesmos consumidos pela classe média norte-americana ou de qualquer outro país. Nesse sentido, aquela se identifica mais com essa, que é a principal referência no mundo, com seu estilo de vida e de consumo, do que com a maioria da sociedade brasileira, que é formada de pobres, à margem da modernidade. (SENE, 2007, p.100)

Assim, percebe-se que o processo de globalização cultural se mostra mais evidente em hábitos padronizados de consumo, comportamentos de consumo, e tais situações estão atingindo o mundo todo, porém de forma segmentada, ou seja, está sendo realizado por camadas da população que se encontram em condições favoráveis (possuem recursos econômicos) para o consumo dos diversos bens e serviços. Para Wasserman apud Sene (2007)

O fenômeno da globalização permite, entre outras coisas, a troca de informações, mas tende a eliminar as diferenças e esconder as características peculiares de realidades distintas. “Em resumo, propõe modelos medianos que não pertencem a ninguém e, inevitavelmente, geram mediocridade” (WASSERMAN apud SENE, 2007, p.104)

Das dimensões do processo de globalização, a dimensão cultural é a que se mostra mais conflituosa e com falta de consenso entre os estudiosos do assunto, no entanto, constitui-se em outro importante exemplo do processo das forças fragmentadoras implementadas pela globalização.

6.3 A dialética entre o global o local: a questão das Identidades culturais

A partir do movimento aparentemente contraditório, ao mesmo tempo homogeneizante em escala global e de valorização das especificidades culturais na escala local, percebe-se que, de diferentes maneiras, o processo de globalização ou a ordem global busca impor aos mais diversos lugares do globo uma racionalidade centrada na imposição do modo de vida ocidental. Muitos autores apontam para o fato de que os diferentes lugares do globo respondem a racionalidade da globalização, conforme os diversos modos que lhe são de sua própria racionalidade. Segundo Santos (1996, p.273), “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.”

Por outro lado, juntamente com o impacto das diretrizes do global sobre o local, dá-se uma nova ênfase de interesse pelo local, ou seja, o processo de globalização na sua estratégia de criar novos espaços de mercado torna tais espaços como sendo unificados pela lógica do capitalismo vigente. No entanto, segundo Santos (1997,p.43), “[...] cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas

também naquilo que ele não é), [...]” Em outras palavras, percebe-se o surgimento de uma nova articulação entre o global e o local – relação esta caracterizada pela intensidade de trocas, sobretudo econômicas, mas que afetam também as expressões da cultura dos lugares. Segundo Hall (2000)

Este ‘local’ não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações ‘globais’ e novas identificações ‘locais’. (HALL, 2000, p.78)

Os atores hegemônicos do processo de globalização possuem por objetivo principal a busca pela padronização do espaço geográfico mundial, no sentido de proporcionar melhores fluxos para os produtos e serviços oferecidos pelos mais diversos atores que organizam a estrutura da dinâmica da globalização. As imagens e os artefatos produzidos pelas identidades da modernidade ocidental (indústrias culturais) se proliferam do centro do sistema global, no sentido de suas periferias (os diversos lugares que a este se engendram).

Neste novo cenário de mundo – no mundo das fronteiras dissolvidas – a categoria identidade, de algum modo, oscila entre outras duas categorias de análise que são: identidade global e alteridade. Segundo Robins apud Hall (2000),

A continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pela imediatez e pela intensidade das confrontações culturais globais. Os confortos da tradição são fundamentalmente desafiados pelo imperativo de se forjar uma nova auto – interpretação, baseada nas responsabilidades da tradução cultural. (ROBINS apud HALL, 2000, p.84)

Outro efeito do processo de globalização, foi o de ter provocado um aumento do campo das identidades e uma proliferação de novas identidades, juntamente com a intersecção entre as mesmas e a polarização de ambas – ou seja, a globalização ao mesmo tempo que produz novas identidades, também fortalece identidades locais – tal fortalecimento de identidades locais pode ser entendido como sendo uma reação de caráter “defensivo” dos lugares que se sentem ameaçados pela presença de padrões culturais exógenos ou globais. Parece, então, que a dinâmica da globalização tem o efeito de deslocar as identidades centradas em uma cultura nacional – para pulverizar-se em várias identidades – e, como consequência, a possibilidade de manutenção de

identidades plurais e diversas. Assim, conforme Hall (2000, p.88): “Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro: ou retornando as suas ‘raízes’ ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização”.

Diante disso, as relações entre espaço, cultura e lugar se configuram como sendo interações dos diferentes atores com lugares distintos, ou seja, são nos lugares que as pessoas vivem e interagem entre si e com as paisagens e são nos diferentes lugares que se encontram as possibilidades de enfrentamento das forças hegemônicas da cultura global. Conforme aponta Sene (2007, p.165), “Com a globalização, o local contém o global, mas o global também contém o local [...]”.

A ideia de identidade remete, assim, para a noção de pertencimento, ou seja, sentir-se ligado por questões étnicas, linguísticas, religiosas, enfim, a manutenção de usos, costumes e tradições que possibilitam construir laços de pertencimento ao espaço local. As identidades culturais constituem-se em processos que se formam ao longo do tempo e a partir das vivências individuais e coletivas dos grupos sociais com o seu meio, como é o caso dos teuto-gaúchos na cidade de Pelotas.

7 REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL TEUTO-GAÚCHA NO BAIRRO TRÊS VENDAS: Um estudo no espaço local

Este capítulo aborda as representações materiais e simbólicas relacionadas à presença de teuto-gaúchos no Bairro Três Vendas. Para tanto, parte-se da realização da pesquisa de campo no bairro para identificar os marcos da imigração alemã, os traços e costumes mantidos ainda nos dias atuais pelos descendentes que ali vivem e que remetem a identidade cultural deste grupo étnico. Assim, são identificadas algumas das formas assumidas pela cultura no espaço local, visto que este se encontra organizado, indubitavelmente, a partir de características culturais alemãs e pomeranas. Desde a forma das construções, a religiosidade e, principalmente, a manutenção de festividades que fazem parte do repertório cultural dos imigrantes e de seus descendentes.

7.1 A identidade cultural teuto-gaúcha no bairro Três Vendas

A partir de uma análise mais abrangente, entende-se que os grupos de imigrantes preservam alguma ligação com a cultura de seus lugares de procedência (origem), asseguram algo que lhes confere uma identificação étnica, pois conforme HALL (2000) “[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, [...] está sempre ‘em processo, sempre ‘sendo formada’.” (HALL, 2000, p. 38). E, neste sentido, o espaço local constitui-se como lócus de práticas sociais, econômicas, políticas e culturais que somadas moldam e forjam as identidades.

No que concerne aos imigrantes alemães, segundo Seyfert (1990),

[...] por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, os fenômenos chamados pelos especialistas de “absorção”, “assimilação” e “aculturação” não impedem a persistência do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade. (SEYFERTH, 1990, p.79)

A partir desse entendimento, para a maioria dos grupos de imigrantes, a identidade étnica é algo relevante e, sendo assim, tais indivíduos buscam estabelecer elos de coesão social e de manutenção do tecido cultural. Pode-se até concordar com a ideia de assimilação, que de acordo com Seyferth (1990, p.79) ocorre “[...] no sentido de que as culturas originais dos imigrantes foram transformadas em contato com a sociedade brasileira.” No entanto, este processo de transformação cultural não implicou a perda por completo da questão do sentimento de “pertencimento”, conforme aponta Hall (2000) envolvendo cultura, língua, religião, entre outros aspectos que os liguem aos territórios de procedência.

Por outro lado, pode-se adotar a noção do conceito de pluralismo étnico e cultural, sobretudo no que diz respeito à ideia da identidade enquanto categoria em constante processo de formação, pois, de acordo com Seyferth (1990)

Um dos efeitos mais importantes dessa situação é a aglutinação das pessoas de mesma origem (étnica ou regional) em grupos étnicos mais ou menos identificados com valores culturais próprios. Os elementos culturais valorizados (...) entre eles destacam-se a conservação do idioma e dos costumes sendo que a diferenciação se afirma sobre valores religiosos, familiares e culturais. (SEYFERTH, 1990, p.80)

As associações culturais, como por exemplo, a Sociedade Recreativa 15 de Julho, assumiram um papel de cunho recreativo, mas, ao mesmo tempo, de coesão do grupo étnico em questão – os alemães e pomeranos. Ainda merecem destaque outras expressões de coesão étnico-social cujo objetivo se constitui na manutenção da cultura entre os descendentes de imigrantes, dentre tais manifestações tem-se: a escola, a igreja, a língua, a música, a dança, a culinária, as vestimentas, os costumes, que ainda se fazem presente, mesmo na quarta ou quinta geração de descendentes, conforme aponta a pesquisa de campo.

Destaca-se a manifestação de ordem cultural e que contribuí, atualmente, para a manutenção dos hábitos e costumes da etnia alemã e pomerana, representada pela festa da paróquia ou festa da comunidade, ou seja, o Kerb. Esta festa se configura como uma representação cultural tanto de caráter religioso quanto de lazer entre os descendentes de imigrantes.

Alguns aspectos da vida comunitária presente no bairro Três Vendas possibilitam visualizar uma organização social e cultural cuja formação ocorreu de forma diferenciada daquela que conhecemos como nacional ou brasileira, pois elementos das culturas originárias dos imigrantes foram preservados ao longo das gerações, conforme aponta Seyferth (1990, p.57) “[...] principalmente os dialetos e línguas de origem, certos hábitos alimentares, a intensidade da fé (...)” Por outro lado, também se verificou a assimilação por parte dos imigrantes de representações da cultura nacional – sobretudo no que se refere ao idioma português – ocorrendo assim, uma simbiose de elementos da cultura dos imigrantes de origem alemã e pomerana com aspectos da cultura brasileira.

Em outras palavras, verifica-se o que Hall (2000) denominou de “tradução”, ou seja, a formação das identidades atravessaram diferentes fronteiras naturais, sociais, culturais a partir da organização espacial de grupos de pessoas que emigraram para sempre de sua terra natal. Conforme Hall (2000, p.88), “Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado.” Ou seja, os grupos sociais negociam com as novas culturas nas quais estão inseridas, carregam traços marcantes das suas culturas e configuram-se no produto de diferentes histórias e culturas entrelaçadas. Enfim, pertencem concomitantemente a várias culturas – constituem grupos traduzidos em termos de processo cultural, ou seja, pertencem a mais de um mundo ao mesmo tempo e, nas palavras de Hall (2000, p.89), “As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. Há muitos outros exemplos a serem descobertos [...]”

Na pesquisa de campo foram entrevistados 20 moradores do bairro Três Vendas, tanto homens quanto mulheres distribuídos de forma equitativa. Partiu-se da Sociedade Recreativa 15 de Julho, onde foram feitas as primeiras indicações de possíveis entrevistados, que sucessivamente foram apontando possíveis referenciais de entrevista. Nestas entrevistas foram levantadas questões como faixa etária e, conseqüentemente, a geração de imigrantes a qual pertence o entrevistado. Em relação a este questionamento apresentaram-se as seguintes expressões, conforme quadro a seguir:

Faixa etária/ geração	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
20-40	-	-	-	-	3
41-60	-	-	1	4	2
61-80	-	-	2	6	-
80 anos ou +	-	-	2	-	-

Quadro 9 – Relação da faixa etária com a geração.

Fonte: do autor, 2012.

Complementando a informação sobre a geração pertencente, tem-se a questão da origem se urbana ou rural dos entrevistados. Ainda no que concerne à procedência dos entrevistados foram apontados os seguintes locais de procedência: os municípios de Rio Grande (02), São Lourenço do Sul (02), Canguçu (03), Camaquã (01) e Cristal (01) e, da zona rural de Pelotas, Distrito de Santa Silvana (05), Colônia Maciel (01). E, cinco dos entrevistados são nascidos na zona urbana de Pelotas, no bairro Três Vendas. Ainda, foi indagado se os entrevistados eram oriundos da zona urbana ou rural, nos seus municípios de origem, conforme apresentado no gráfico a seguir.

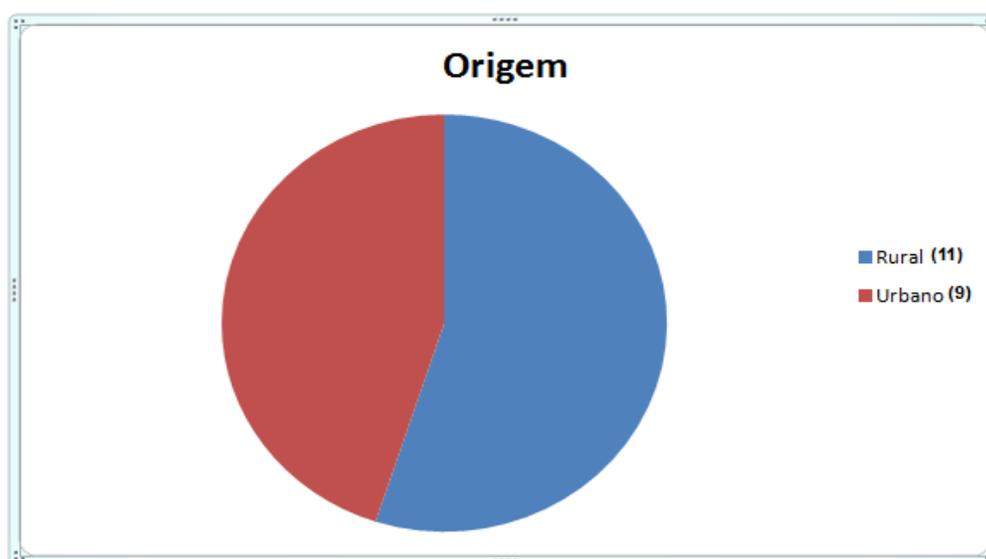


Figura 5 – Número de entrevistados segundo a origem urbana ou rural
Fonte: do autor, 2012.

Outro elemento importante relatado durante as entrevistas foi a manutenção e uso da língua (dialetos alemão e pomerano). Pode-se constatar que ao longo das gerações foi se perdendo muito da fluência da língua, no entanto, todos os entrevistados revelaram manter o uso cotidiano de algumas palavras, principalmente nas conversas com seus filhos. E, alegaram manter a língua ou dialetos por hábito e para manter o vínculo⁷ com a cultura de origem. Assim como todos os entrevistados revelaram manter laços com a Sociedade Recreativa 15 de julho, juntamente com a sua família, como uma maneira de permanecerem unidos em torno das manifestações culturais relacionadas às etnias alemã e pomerana.

Ainda no que tange à cultura, outro elemento que emerge das entrevistas é a forte ligação dos descendentes e moradores do bairro com a comunidade religiosa e com a igreja⁸, ponto de reafirmação da identidade teuto-gaúcha (Figura 6). De acordo com Seyferth (1990),

A organização comunitária esteve sempre muito ligada às atividades religiosas, católicas ou protestantes. Nos dois casos, a igreja não é uma entidade isolada, caracterizada apenas pela atividade religiosa. A capela constituiu o marco inicial de muitos povoados e vilas. (SEYFERTH, 1990, p.51)

⁷ A cultura se organiza e se estrutura a partir de uma experiência originária e primeira de ser. O núcleo ético-mítico de valores e significações primordiais de um povo vincula, articula e torna específica uma cultura. Ao inserir os fatos e ações na direção do núcleo ético-mítico da sua cultura, o homem faz a história. Na cultura vive-se e revive-se uma relação considerada válida e ou necessária, projetando-a para o futuro. (ZANOTELLI, 2003, p.388)

⁸ “A maioria das igrejas construídas nas cidades é de estilo semelhante ao gótico, ou seja, prevalece a imitação do estilo gótico. [...]. No caso de alemães e poloneses repete-se o fato: as primeiras igrejas construídas em forma simples e despojadas foram substituídas por templos em estilo neogótico ou barroco, ou incorporando elementos de diferentes tradições européias. A população local tem bastante orgulho de suas igrejas, consideradas como expressão da arte sacra européia.” (SEYFERTH, 1990, p.48)



Figura 6: Igreja de Confissão Luterana Martin Lutero
 Fonte: do autor, 2012.

Na pesquisa de campo foram encontradas ainda outras manifestações culturais teuto-gaúcha, como no esporte representado pelo Biriba Futebol Clube, um clube fundado em 1987, onde todos os membros da equipe são descendentes de alemães e pomeranos, que se reúnem semanalmente para os treinos e em uma sede (onde funciona um estabelecimento comercial) para confraternizar.

Cabe ainda mencionar, que no bairro se localiza a Casa de café e cultura pomerana, onde encontra-se em atividade um museu pomerano, que reúne fotografias, móveis, livros, entre outros objetos representativos da etnia. Nesse local é servido café colonial com produtos gastronômicos derivados da culinária pomerana. (Figura 7)



Figura 7 – Expressões culturais no Bairro Três-Vendas/Pelotas- RS: Clube de futebol, Conservatório de música, rádio comunitária Imigrantes FM, Casa de café e cultura pomerana (museu), estilo das moradias.

Fonte: do autor, 2012.

No entorno da Sociedade Recreativa 15 de julho ainda pode-se encontrar um conservatório de música (dedicado ao ensino de músicas alemãs), casas em estilo enxaimel⁹ e a Rádio comunitária Imigrantes FM. Ainda, encontram-se no bairro vários estabelecimentos que já anunciam no nome a ascendência alemã e pomerana. Fato que ratifica a intensa presença dos teuto-gaúchos no local pesquisado.(Figura 8) Seyferth (1990) aponta que,

O fenômeno mais interessante, contudo, foi a proliferação de sociedades recreativas e esportivas ao longo da história dessas comunidades que não encontram paralelo na sociedade brasileira. Elas também tiveram um caráter étnico (...), pois um dos seus objetivos era preservar costumes e hábitos dos imigrantes, mas não desapareceram com a campanha de nacionalização e muitas existem ainda hoje. (SEYFERTH, 1990, p.54)

⁹ Segundo Seyferth (1990), “O telhado empinado e a casa de dois andares com aproveitamento do sótão ainda são marca registrada nas cidades. [...] No campo, as casas em madeira são as mais comuns, apesar da presença de casas em enxaimel ou de casas de taipa, de origem italiana.” (SEYFERTH, 1990, p.45)



Figura 8 - Estabelecimentos comerciais que anunciam em seu nome a origem alemã e pomerana.

Fonte: do autor, 2012.

Diante disso, observa-se no bairro Três-Vendas uma forte valorização da identidade cultural teuto-gaúcha, onde os descendentes de alemães e pomeranos mantêm laços com a pátria mãe (Alemanha) e, ao mesmo tempo ressignificam alguns desses no espaço local (bairro Três Vendas- Pelotas- Brasil), dando origem a chamada “hibridez cultural”.

A partir da pesquisa empírica verifica-se influência cultural na organização do espaço local, visto que, foram impressas formas distintas de representação das etnias alemã e pomerana, revelando um espaço cultural com especificidades no lugar, desde a forma de organização das casas, a comida típica, os cultos religiosos, a manutenção de dias festivos e, na escola local uma educação voltada para a manutenção da cultura teuta.

Ao se falar em identidade cultural teuto-gaúcha no município de Pelotas, logo lembra-se da tradicional festa do “Kerb”, realizada anualmente na Sociedade Recreativa

15 de julho que está localizada no bairro Três Vendas. Assim, verifica-se a participação significativa dos moradores do bairro nas festividades realizadas neste clube, revelando que esta Sociedade se caracteriza como um importante espaço de reafirmação da identidade cultural. Muito embora, as festividades do Kerb, bem como os espaços da Sociedade Recreativa 15 de julho, sejam abertas ao público em geral composto por várias etnias.

7.2 A festa do “Kerb” como expressão da cultura teuto-gaúcha

Várias são as contribuições do imigrante no sentido do enriquecimento do folclore do Rio Grande do Sul, como por exemplo: canções, costumes e festividades. Dentre as práticas culturais de grande repercussão nas áreas coloniais e que constituía a sociabilidade (lazer e reunião das comunidades, tanto rurais quanto urbanas) dos imigrantes e seus descendentes destaca-se o “Kerb”, que, na Alemanha, acontecia como celebração ao aniversário da igreja ou, então, ao dia onomástico, ou seja, referente ao nome do padroeiro da paróquia. Inicialmente, o “Kerb” era realizado independentemente do dia da semana, mas, com o passar do tempo, tendo em vista as atividades na agricultura – havia a necessidade, por parte do colono¹⁰, de mais dias de trabalho – e para que o domingo (dia de missa) marcasse o início ou o desfecho desta comemoração, o “Kerb”, então, passou a ter início na sexta-feira estendendo-se até o domingo ou iniciava neste dia e terminava na terça-feira. Conforme explica Moraes (1981),

Este costume vem sendo observado, salvante raríssimas exceções. Na vila de Dois Irmãos, hoje cidade, e onde se procura assinalar a realização do primeiro “Kerb” no Rio Grande do Sul, os descendentes procuraram observar, até há pouco tempo, o hábito de inaugurar a festa no dia do padroeiro, ainda que não coincidisse com aqueles. Esse “Kerb” de Dois Irmãos é o mais antigo do estado e era conhecido como “Michelskerb”, festejado no dia de São Miguel a 29 de setembro, desde o ano de 1829, portanto logo após a instalação dos primeiros imigrantes. (MORAES, 1981, p.125-126)

¹⁰ Para Seyferth (1992, p.80) *“eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização”*. E, ainda, *“colono é a categoria designativa do camponês... e sua marca registrada é a posse de uma colônia... a pequena propriedade familiar”*. Assim, no sul do Brasil, são tratados como *colonos* os agricultores descendentes de imigrantes europeus não portugueses, que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar.

Nestes dias de comemorações festivas, o colono relembra as tradições da pátria natal, entre estas, as canções e os hábitos alimentares. Mas, também, era uma oportunidade para esquecer os difíceis momentos vivenciados quando de sua chegada ao Brasil, principalmente, no que se refere à adaptação a um ambiente físico e humano bastante diferente das suas áreas de origem. Moraes (1981) explica que o colono:

[...] não se importava de gastar todas as suas economias, amealhadas avaramente, porque nesses dias de intensa alegria se retemperava para continuar seu destino de fazer progredir o Rio Grande e conseguir sua própria independência econômica. (MORAES, 1981, p.126)

Contudo, não era apenas nos bailes que se definia o “Kerb”, também havia a tradição de recepcionar, em casa, os parentes e amigos, que de muitas distâncias vinham, fosse a pé ou a cavalo, e juntos celebravam esta festa tradicional. Segundo Moraes (1981),

E então, se transformava a casa em hospedaria, ocupando-se até galpões e paióis, a fim de acolher todos quantos apareciam, e paralisava-se quase todo o trabalho rural, para preparar as cucas, os doces, o queijo, a “kas-schmier”, o “sauerkraut”, as conservas de pepino, de rabanete e de couve, afora outras iguarias. (MORAES, 1981, p.126)

E, ainda, para o mesmo autor:

Com um aviso de que haveria festa, baile, comilança e que se realizaria “Kerb”, colocava-se defronte ao prédio em que se efetuará a solenidade, um pinheiro enfeitado de papéis de cor e que se denominava “Kerbaun”, e no interior do salão de danças, pendente do teto uma coroa engalanada de ramos de árvores e com fitas de papel ou de tecido de seda, a que se dava o nome de “Kerbkrantz” (coroa do “Kerb”). Esses atos efetuavam-se com banda de música, para maior animação e propaganda. (MORAES, 1981, p.127)

A festa do “Kerb” tinha seu início na igreja, de onde, terminada a missa, partiam os integrantes da banda de música até o salão onde se realizaria o baile – e este depois de iniciado prolongava-se até o clarear do dia seguinte e novamente a tarde recomeçava.

A mesa com as refeições caracterizava-se por ser farta e quando terminava a comida, posterior à meia-noite, era servido o “früstück”, ou seja, um café com cuca, pão, bolo, carne de porco, linguiça cozida ou aferventada e “chucrute” (repolho fermentado).

O colono vestia-se com a melhor de suas roupas para a festividade do “Kerb”, é neste tipo de acontecimento entre outros, o imigrante fazia o uso, incomum, de sapatos – nestas ocasiões encontravam-se pelas estradas, “... famílias inteiras a pé, de sapatos

pela mão, em demanda dos salões de baile, ainda que com mau tempo.” (MORAES, 1981, p.129).

Duas ou três semanas após a ocorrência do "Kerb", os colonos realizavam uma espécie de "Kerb" secundário ("nach-kerb") – em um só dia realizava-se uma festa civil, portanto, não religiosa como o "Kerb". Atualmente, pratica-se o "nach-kerb" durante alguns dias (dois ou três), mas, com o objetivo beneficente ou comercial, portanto, há a cobrança de ingressos para participar das festividades. Para Moraes (1981),

O "Kerb" vai perdendo aos poucos – no interior da colônia, e à medida que o progresso se processa rapidamente, em razão de novas e modernas estradas e da melhoria das velhas rodovias e picadas, que tem propiciado maior e mais intenso intercâmbio comercial e social – o seu aspecto pitoresco e o encanto dos primeiros tempos, quando os costumes trazidos d'além-mar vincavam ainda o colorido e a alegria da festa tradicional. (MORAES, 1981, p. 130)

Com o desenvolvimento socioeconômico e industrial, as sedes das áreas coloniais tornaram-se verdadeiros centros de cidade, com isso, ocorreu gradativamente o desaparecimento de tantos costumes inerentes a esta festividade. Somente as povoações do interior rural resistiram às mudanças ocorridas na zona urbana e, portanto, conservaram por mais tempo os velhos hábitos e costumes deixados pelos pioneiros – da ocorrência do "Kerb" no âmbito da colônia.

Da aproximação entre o modo de vida urbano e o modo de vida rural, verificou-se forte influência na dinâmica acerca da realização do "Kerb", ou seja, tal festividade perdeu muitas de suas características originais e incorporou outras, próprias da cidade.

Até mesmo a música sofreu alterações, ou seja, no passado eram poucas as localidades que não possuíam suas orquestras próprias, e estas eram constituídas por integrantes religiosos e outros recrutados entre os demais colonos. O ensino e a aprendizagem da música configuram-se como uma das principais contribuições trazidas pelos imigrantes e difundidas nas áreas colonizadas. Em relação a esta questão Moraes (1981) comenta:

E essa admirável contribuição do ensino de canto, e música ministrada pelas escolas e também pelas comunidades religiosas na Alemanha, teria o efeito de, no Rio Grande do Sul, fomentar o seu desenvolvimento, como preciosa aquisição cultural. E como resultado, subsistem até nossos dias – preservada, em alguns casos, quase a pureza dos primeiros tempos coloniais – renomados conjuntos corais e orquestrais, que faziam, outrora, como hoje, a delícia de exigentes plateias. (MORAES, 1981, p.132)

A festividade do “Kerb” realizada nas colônias, com o tempo, também sofreu modificações, principalmente, com relação à música, tanto é que, nos dias atuais, são contratadas orquestras para realizarem a festa. Em localidades mais distantes não há músicos como em outros tempos e há carência de mestres, bem como, a falta de entusiasmo pelo ensino da música nas colônias. Para Moraes (1981),

O professor público, lamentavelmente, não está habilitado para tal missão. E o educador particular, conhecedor de música, não se sujeitaria aos irrisórios vencimentos que as municipalidades pagam, de vez que as unidades escolares do interior são providas, em sua quase totalidade pelas prefeituras. (MORAES, 1981, p.133)

Contudo, o “Kerb” continua com sua trajetória, mantendo velhas características e incorporando outras advindas da modernidade e do maior estreitamento de relações entre o rural e o meio urbano. Com o desenvolvimento dos transportes, as colônias aproximaram suas vilas e povoados dos centros urbanos, e a partir deste encurtamento das distâncias, o “Kerb” vem sofrendo perdas em muitos de seus hábitos e costumes – inerentes a esta festividade. Ou seja,

O advento do progresso no recesso da colônia tem alterado bastante a fisionomia social e econômica de suas populações, que viveram talvez quase um século isoladas, enquistadas pelas dificuldades dos meios de comunicação. (MORAES, 1981, p.136)

7.2.1 O “Kerb” na Sociedade Recreativa 15 de Julho

Fundação da Sociedade Recreativa 15 de Julho

Será fundada hoje às 14h na localidade de Terras Altas « Sociedade Recreativa 15 de Julho » que tem por finalidade recrear e difundir o espírito esportivo de seus associados. A solenidade contará com a presença do Sr. Adolfo Fetter, vice-prefeito da cidade o qual cortará a fita simbólica e lançará a primeira bola da cancha de bolão. A noite, no mesmo local será levado a efeito grandioso baile com o qual a diretoria da nova entidade brindará seus convivas. A Sociedade também convidou para a inauguração da referida cancha de bolão, autoridades locais, civis e militares e grande número de outras pessoas gradas. Terão lugar várias diversões. (DIÁRIO POPULAR, 1951, p.5)

A Sociedade Recreativa 15 de Julho, constitui-se em uma associação recreativa, cujo objetivo principal é a preservação da cultura alemã e pomerana. Sua fundação data de 15 de julho de 1951, e esta ação foi empreendida por um grupo

pequeno de pessoas descendentes de imigrantes a fim de que pudessem dar continuidade aos costumes e tradições das duas etnias.

O incentivo à criação de uma associação adveio das condições (minimizar os efeitos do período anterior de perseguições) em que se encontravam os descendentes de alemães e pomeranos, no Brasil pós 2ª Guerra Mundial, associada a necessidade de congregar as famílias em uma sociedade brasileira, que unificasse a cultura e costumes teutos às características da cultura local. Estes fatores foram determinantes para a criação da Sociedade, inicialmente, funcionando em um estabelecimento de propriedade do Sr. Otto Maahs¹¹, localizado na Estrada do Retiro (antigamente área rural do município de Pelotas), no qual, em anexo, também era o prédio de moradia da família. (Figura 9)



Figura 9 – Antiga da Sede da Sociedade Recreativa 15 de julho, Pelotas/RS.
Fonte: DIÁRIO POPULAR, 1952

¹¹ “Quando Otto Frederico Maahs teve a iniciativa de reunir seus amigos para fundar uma sociedade, estava pensando em congregar pessoas. [...] preocupado em unir tantos descendentes de alemães quanto todos os moradores - atitude em resposta à repressão aos imigrantes durante 2ª Guerra Mundial [...]. Ao lado de sua casa, havia um salão de baile. Ficava na Estrada do Retiro, antigo nome da Avenida Fernando Osório, a 600 metros da sede atual. Foi ali que o 15 de Julho nasceu, com festa e também jogos de bolão, um dos esportes favoritos do grupo.” (DIÁRIO POPULAR, 2011)

A entidade teve como sócio-fundador o Senhor Otto Frederico Maahs e família, sendo sua primeira diretoria composta por: Albino Germano Guilherme Kable, Robervaldo Peres Costa, Carlos Grivichi Ramos e Albino Vibrantz.

O nome advém da falta de consenso no que tange a sua escolha, e sendo assim, os fundadores resolveram adotar a própria data de fundação da associação cultural como designação: Sociedade Recreativa 15 de Julho.

Sociedade Recreativa 15 de Julho

Com grande animação, foi festivamente inaugurado, Domingo em Terras Altas, na casa comercial de Alberto Maahs « Sociedade Quinze de Julho » recreativa e desportiva, tendo anexa uma bem instalada secção de bolão. Entre a numerosa assistência ao ato, figuravam pessoas gradas, como o vice-prefeito municipal, Sr. Adolfo Fetter, que juntamente com o Sr, Eraldo Giacobbe inaugurou a cancha daquele tradicional jogo. (DIÁRIO POPULAR, 1952, p.45)

Com o passar do tempo, a ideia de formar uma sociedade cultural foi se concretizando na área urbana, uma vez que, esta localidade passou a condição de bairro de Pelotas, ou seja, passou a fazer parte da sede do município, configurando-se como pertencente à área urbana. Atualmente, conta com sede própria, localizada na Avenida Fernando Osório, número 6197, Bairro Três Vendas, Pelotas – Rio Grande do Sul.

Atualmente, a Sociedade Recreativa 15 de Julho possui uma área total de 19.000 m², e dentro dos limites físicos deste terreno existe: salão social e salão auxiliar, sala de reuniões, bar/lancheria, cancha de bolão com pinos automáticos, cancha de bocha, churrasqueiras, estacionamento para aproximadamente 150 carros, pré-escola, *playground*, duas canchas de *padle*, um ginásio com duas quadras poliesportivas e palco para *shows* (ginásio com capacidade para, aproximadamente, 6000 pessoas). Ainda, na parte externa, localizam-se as piscinas, bosque com churrasqueiras, quadra de *voleibol* e quadra de *futset*. (Pesquisa de campo, 2012)

Segundo pesquisa de campo (2012), as atividades esportivas desenvolvidas, hoje em dia, no clube, agregam vários associados nas mais diferentes modalidades oferecidas, tais como: O bolão – que foi um dos principais motivos no sentido da fundação da sociedade, em que os apreciadores desta modalidade de esporte, na época, perceberam a necessidade de se organizar dando origem a Sociedade Recreativa 15 de Julho. Ainda, no que concerne ao Bolão, hoje, existe cerca de trinta

atletas entre as categorias bola 16 e bola 23, tais categorias representam o clube em campeonatos e torneios regionais – e promovem o nome da sociedade. Além desta modalidade esportiva, destacam-se, também, a bocha – que se constitui em outra atividade tradicional do clube. Também, o futebol, esta modalidade conta com aproximadamente duzentos atletas, distribuídos em diferentes categorias, tais como: *máster*, veterano e livre. Além destas e de outras atividades esportivas, destacam-se os eventos culturais que congregam o calendário oficial do clube, tais como:

- Baile do Barril (com tábua de frios e petiscos, bem como, *chopp* liberado);
- Baile da Lingüiça (são servidos pães, cucas, lingüiças e bebidas);
- Baile do Lançamento do *Kerb* (nesta ocasião são coroadas as tituladas do ano para representarem o clube);
- Baile de Aniversário do clube (com culinária tipicamente alemã);
- Baile e café colonial intitulado – “Uma Tarde na Alemanha”;
- Baile de Debutantes, Festas de Natal, de Páscoa e Festa Junina;
- Anos Dourados (Sempre na última sexta-feira do mês, realiza-se um evento exclusivamente para casais: um jantar-baile).



Figura 10 - Sociedade Recreativa 15 de Julho, pórtico de acesso e cartazes de divulgação do *Kerb*.

Fonte: do autor, 2011.

Quanto à festa do “Kerb”, esta atividade se caracteriza por acontecer anualmente, sempre na segunda semana do mês de novembro e com a seguinte programação:

- 1º Na quarta-feira: realização do Culto Ecumênico nas dependências da Sociedade Recreativa 15 de julho;
- 2º Na quinta-feira: desfile de carros alegóricos pelas principais ruas da cidade;
- 3º Na sexta-feira: ocorre o “Fritz” Jantar (com inúmeros pratos típicos da culinária alemã). Neste evento acontece a abertura oficial do “Kerb” com execução dos hinos nacional do Brasil e da Alemanha.
- 4º No sábado: festividade para o público jovem (discoteca e bandas típicas alemãs);
- 5º No domingo: ocorre o encontro da Terceira Idade, com baile e café colonial.

Cabe ressaltar, que em todos estes eventos há a participação de bandas em que predominam músicas de origem alemã¹², e representam o resgate da memória cultural das etnias alemã e pomerana – estes grupos musicais fazem parte do departamento cultural da Sociedade Recreativa 15 de Julho.

7.2.2 Observação participante no “Fritz” Jantar

O “Fritz” jantar acontece no mês de novembro e representa a abertura dos três dias da festa do “Kerb” e é realizado sempre em uma sexta-feira. Cabe ressaltar, que a decoração do salão das festividades remete às cores da bandeira da Alemanha. Ainda, pode-se evidenciar o fato de que junto ao palco principal encontram-se, lado a lado, as bandeiras do Brasil e da Alemanha.

¹² De acordo com Seyferth(1990), “As associações tiveram duplo papel: assumiram um caráter de cunho recreativo e/ou assistencial e serviram à coesão dos grupos étnicos.” (SEYFERTH, 1990, p.53)



Figura 11 – Decoração do salão para o Fritz jantar na Sociedade Recreativa 15 de Julho.

Fonte: do autor, 2011.

Na recepção todos os participantes são acolhidos com músicas típicas alemãs e pomeranas e em um ambiente que busca remontar as características do kerb dos tempos da colônia, de fartura gastronômica e alegria. Para isso são apresentados no jantar diferentes pratos da culinária teuto-gaúcha: como o chucrute, cabeça de porco assada, salada de batata com ovos, lingüiça com ovos, pães e cucas. Ainda, os pratos adicionais, que foram incorporados pelos usos e tradições gaúchas, como o churrasco.



Figura 12 – Mesas organizadas para o “Fritz” Jantar

Fonte: do autor, 2011.

Após o jantar é realizada a abertura oficial do evento, com a apresentação das rainhas e princesas, com a exposição do significado do “Kerb”, desde as suas origens, seguido pelo acompanhamento dos hinos nacionais: brasileiro e alemão.

A seguir é apresentado o Hino Nacional da Alemanha, escrito em 1841, por August Heinrich Hoffmann Von Fallersleben:

Em alemão	Em português
<p><i>Einigkeit und Recht und Freiheit Für das deutsche Vaterland! Danach lasst uns alle streben, Brüderlich mit Herz und Hand! Einigkeit und Recht und Freiheit Sind des Glückes Unterpfand: Blühe im Glanze dieses Glückes, Blühe, deutsches Vaterland!</i></p>	<p>Unidade e Justiça e Liberdade à Pátria Alemã! Procuremos, irmanados, alcançá-las com afã! Unidade e Justiça e Liberdade são o penhor da felicidade. Floresce, no esplendor desta felicidade, Floresce, ó Pátria Alemã!</p>

Após o momento de louvor à pátria acolhedora (Brasil) e à pátria mãe (Alemanha), é apresentada a corte: composta por rainhas e princesas que desfilam pelo salão e, em seguida, são abertas as competições de chopp por metro (onde cada participante terá de beber um metro de chopp de uma só vez). Após este momento, começa a apresentação do grupo de dança típica alemã e que, aos poucos introduz os demais participantes da festa na dança, até todos os participantes encontrarem-se unidos, dançando, celebrando as tradições culturais.



Figura 13 – Acolhida e abertura do “Kerb” na Sociedade Recreativa 15 de Julho.
Fonte: do autor, 2011.

Na abertura do baile, são entoadas músicas típicas alemãs com letras que fazem referência à pátria mãe (Alemanha), aos usos e costumes, a alegria em estarem reunidos em torno da manutenção da identidade cultural, com muitas letras cantadas no idioma alemão. A seguir é apresentada a tradução de uma destas canções:

Kerbfest - Os Montanari

*Uma festa diferente o alemão sabe fazer
Pra você que não conhece ouça só o que eu vou dizer
Muita música e alegria como manda a tradição
É o Kerb a minha diversão*

*Se tem chopp eu vou pra lá
Com os amigos festejar
É Kerb eu vou dançar
Bem no meio do salão
Tem boneca de montão
É Kerb eu vou dançar
Vou fazer muita folia
Montanari é só alegria
É Kerb eu vou dançar
Hoje eu quero amanhecer
Fazer festa pra valer
Unser Kerb ist doch so schön*

*A cuca e a lingüiça vão repondo as energias
Tenho que estar preparado pois o Kerb são três dias
To no pique, to na dança, bate forte o coração
É mo Kerb a minha diversão
Se tem chopp eu vou pra lá
Com os amigos festejar
É Kerb eu vou dançar
Bem no meio do salão
Tem boneca de montão
É Kerb eu vou dançar
Vou fazer muita folia
Montanari é só alegria
É Kerb eu vou dançar
Hoje eu quero amanhecer
Fazer festa pra valer
Unser Kerb ist doch so schön*

Entretanto, no decorrer da festa do “Kerb” são inseridas músicas relacionadas ao tradicionalismo gaúcho. No entanto, as músicas que prevalecem são as de origem alemã e pomerana, sendo, inclusive cantadas nos respectivos dialetos. Pode-se, ainda, observar que os participantes da festa acompanham suas letras com fluência na língua e destreza na dança que remonta passos típicos do folclore alemão. (Figura 14)



Figura 14 – Baile do “Kerb” na Sociedade Recreativa 15 de julho
Fonte: do autor, 2011.

Segundo Zanotelli (2003), “A cultura se mostra a partir de padrões de comportamento e não apenas a partir de idiosincrasias individuais. Assim o pensar, o fazer, o agir se exteriorizam, materializam, realizam em padrões culturais.” (ZANOTELLI, 2003, p.388). Assim, as expressões que marcam um espaço dotado de peculiaridades, de costumes e tradições que remetem a identidade cultural de um determinado grupo étnico, são construídas e reconstruídas cotidianamente, reafirmando sua ascendência (ligação com a pátria mãe - Alemanha) e projetando as transformações, sob a égide de uma cultura híbrida - os teuto-gaúchos.

O fato de haver uma hibridez cultural, no espaço local no bairro Três-Vendas, não significa a perda de identidade, muito pelo contrário, denota a neste espaço características singulares que o distinguem dos demais, por apresentar, simultaneamente, traços da cultura gaúcha associados à manutenção dos costumes e

tradições trazidos e transmitidos pelas gerações anteriores, de sua terra natal (Alemanha). Tal simbiose entre as culturas demonstra a existência de um pluralismo cultural, no qual, ao mesmo tempo em que muitos traços se perderam com o passar do tempo, pode-se constatar que são mantidas as expressões da cultura alemã e pomerana sobre a configuração do espaço e do lugar, reafirmando a identidade teuto-gaúcha.

Finalmente, é interessante relacionar o fato de que, segundo Alencastro e Renaux (1997), entre os imigrantes alemães e pomeranos, que pertenciam a camadas sociais desprovidas da propriedade da terra em seus locais de origem, existiam a chamada “Heimatlosigkeit”, ou seja, ausência de sentimento de pátria. E, nesse caso, a imigração para o Brasil e a possibilidade de acesso a um pedaço de terra (lotes coloniais) permitiu a reconstrução da noção de “Heimat” (Pátria), representada objetivamente pela formação das colônias e pelas relações sociais estabelecidas nas comunidades rurais, motivadas por laços de parentesco e amizade que, em última instância, estavam marcadas por um passado comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa apresentou algumas das expressões da identidade cultural teuto-gaúcha estabelecidas no recorte espacial delimitado no Bairro Três Vendas, localizado na cidade de Pelotas – Rio Grande do Sul. Neste lugar de presença marcante de descendentes de imigrantes alemães e pomeranos se estabelece uma comunidade marcada por elementos que unificam as relações sociais entre as pessoas que ali vivem e que mantêm formas de representação da cultura, como a Sociedade Recreativa 15 de Julho. Este espaço reúne os descendentes de imigrantes a fim de manter as suas tradições culturais, um exemplo disso, é a comemoração anual da festa do “Kerb”, a qual possibilita a preservação das danças e canções, o uso, ainda que parcial, da língua ou dialetos e de danças típicas pelos integrantes da comunidade.

No bairro Três Vendas, ainda que os descendentes sejam tanto de origem alemã quanto pomerana, faz-se necessário destacar que quanto aos costumes ainda mantidos, não se apresentam distinções. Somente, há uma exceção, quanto ao uso da língua, onde os pomeranos utilizam o dialeto pomerano e os alemães utilizam o chamado “alto alemão”. No entanto, ambos os descendentes demonstram certo domínio das duas formas lingüísticas. Mas, fazem questão de afirmar que mantêm a língua como herança cultural dos seus antepassados e que tem satisfação em utilizá-la no seu dia a dia, pois este é um costume transmitido através de gerações, mesmo entre os descendentes que são de origem urbana. Percebe-se que estes ainda mantêm traços remanescentes das comunidades rurais.

Assim, desde o século XIX, estes grupos étnico-culturais procuraram construir e reconstruir cotidianamente a noção de que pertencem a uma mesma comunidade, cuja identidade está relacionada a uma herança passada comum e que remete à noção de pertencimento a mesma “Heimat” (Pátria). Esse desejo de manutenção dos laços sociais levou os imigrantes a promoverem o surgimento de uma série de associações, cujo

objetivo era, em princípio, a manutenção da cultura. As primeiras iniciativas para o estabelecimento da vida comunitária, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, foram a construção de igrejas, escolas e, em seguida, as associações destinadas a promover o convívio social como os clubes esportivos, corais comunitários, grupos de danças, entre outros.

Enfim, os descendentes desses imigrantes formaram uma identidade teuto-gaúcha seja a partir do uso da língua alemã ou de dialetos, seja em festividades típicas (festa do “Kerb), em atividades esportivas (com equipes constituídas integralmente por teuto-gaúchos), ou ainda, na culinária, em manifestações de caráter religioso, como o pertencimento a Igreja de Confissão Luterana. É importante destacar que todos estes elementos são encontrados na Sociedade Recreativa 15 de Julho, que unifica todos os descendentes em torno de um mesmo objetivo – manter e reafirmar a cultura no espaço local. Porém, em nenhum momento, com pretensão de sobrepor a cultura alemã sobre a brasileira ou gaúcha, mas sim, no sentido de resgatar as relações comunitárias do mundo rural, ainda tão presentes entre as famílias residentes em um espaço urbano. Pois, se em tempos passados – a festa do “Kerb” era a festa da igreja ou da comunidade para festejar a colheita- hoje em dia, na cidade, estes descendentes – os teuto-gaúchos – festejam a colheita no sentido conotativo - de bons frutos, de se manterem coesos em um espaço que os acolhe e propicia a manutenção das expressões culturais de seus antepassados.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. de; RENAUX, M. L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, L. F. de. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.291-335.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização**: A cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2000. 174p.

ARAÚJO, Nara. Desterritorialización, posdisciplinarietàad y posliteratura. In: BITTENCOURT, Gilda Neves; MASINA, Léa dos; SCHMIDT, Rita T. (Orgs.). **Geografias literárias e culturais**: espaços/temporalidades. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.19-34.

ARRUDA, J. J. A. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Ed. Ática, 1988. 93p.

BORGES, Maristela Corrêa. Da Observação Participante à Participação Observante: Uma experiência de pesquisa qualitativa. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas Trilhas da Investigação. Uberlândia (MG): Editora Assis, 2009, p. 183-198.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979. 247p.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. São Paulo: UFSC, 2001. 453p.

CLAVAL, Paul. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.35-86.

COARACY, Vivaldo. **A Colônia de São Lourenço e seu Fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1957. 161p.

CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2001. 146p.

COSTA, Jairo Scholl; DIETRICH, Breno; ALMEIDA, José Sidney. **150 anos de Imigração Alemã-pomerana em São Lourenço do Sul (1858-2008)**. São Lourenço do Sul: Comunicar Brasil, 2008. 28p.

DACANAL, J. H. RS: **Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1980. 280p.

DACANAL, J. H. **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. 424p.

DAMIANI, Amélia Luisa (Org.). **O Espaço no Fim de Século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

DIÁRIO POPULAR. Sociedade Recreativa 15 de Julho completa 60 anos. 15/07/2011.

DIÁRIO POPULAR. Sociedade Recreativa 15 de Julho. 17/07/1952.

DIÁRIO POPULAR. Fundação da Sociedade Recreativa 15 de Julho. 15/07/1951. Edição de domingo.

FISCHER, Nilton Bueno. As misturas de um neto alemão... Memórias de vida! In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Orgs.). **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996. p.321-326.

GARNIER, J. B. **Geografia da População**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971. 441p.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena Agricultura em Crise: O Caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, Tese nº14, 1990.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. 224p.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: LP&A, 2000. 102p.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade - UFRGS, 2000. 212p.

HEIDRICH, Álvaro. L.. Organização do Espaço: uma revisão conceitual em face dos processos de reestruturação econômica e de reforma do Estado. In: **Anais do Encontro Estadual de Geografia**, Ijuí, v.1, p. 1-16, 1997.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. In: **www.ibge.gov.br**, acesso em maio de 2011.

JACOB, Jorge Kuster. **Cidades Irmãs Pomeranas: Vila Pavão (ES) e Espigão do Oeste (RO)**. Nova Venécia (ES): Gráfica Cricaré, 2011. 116p.

JAMESON, Fredric. **A Cultura do Dinheiro: Ensaio sobre a Globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LANDO, Aldair Marli e BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização: Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (Orgs.). **RS: Imigração e Colonização**. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p.

LANDO, A. M. e BARROS. E. C. A. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1981. 94p.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do Mundo: Ensaio sobre a Significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAGNOLI, D. **Cenário Gaúcho: representações históricas e geográficas**. São Paulo: Moderna, 2001. 127p.

MALINOWSKI, Bronislaw C. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MALINOWSKI, Bronislaw C. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de Investigação e Estudos Agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia (MG): Ed. Assis, 2009. p.509-537.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: Ed. Ática, 2003, 95p.

MOREIRA, Igor e COSTA, R. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 110p.

MÜLLER, T. L. **Colônia alemã: histórias e memórias**. Porto Alegre: Est, 1981. 136p.

NEUMANN, P. S. e DIESEL, V. Histórico de ocupação social do espaço agrário na região central do RS. In: DIESEL, Vivien e FRÖEHLICH, J. M. (orgs.). **Espaço rural e desenvolvimento regional: estudos a partir da região central do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004. 312p.

NEUMANN, P. S. e DIESEL, V. O Processo de Diferenciação econômica do espaço rural e os agricultores na região central de RS. In: DIESEL, Vivien e FRÖEHLIC, J. M. (orgs.). **Espaço rural e desenvolvimento regional: estudos a partir da região central do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004. 312p.

PEBAYLE, R. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. In: **Boletim Geográfico do RS**. Porto Alegre, n.18, p.35-45, jan/dez. 1975.

PREFEITURA DE PELOTAS. In: www.pelotas.com.br Acesso em setembro de 2011.

PREFEITURA DE PELOTAS. In: www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/mapas_municipio/mapa_urbano.htm. Acesso em junho de 2010.

RADUNZ, R. Colônia – um modelo falido. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.1, nº 2, p. 77-84, 1995.

RAMBO, Arthur Blasio. A trajetória da integração do imigrante alemão. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Orgs.). **Nós, os teuto-gaúchos** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996. p.196-204.

RAMBO, Balduino S. J. A Imigração Alemã. In: BECKER, Klaus. (Org.). **Enciclopédia Rio-grandense - Vol. 1 – O Rio Grande Antigo**. Canoas – RS: Editora Regional LTDA, 1956. 346p.

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia Humanista: História, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. In: **RA'E GA**, Curitiba: Editora UFPR, n. 13, p. 19-27, 2007.

ROCHE, J. **A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969. 402 p. (Vol.I e II).

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em revista**. Pelotas, v.7, n.1, p. 25 - 41, 2001.

SALAMONI, Giancarla(Org.). **Os Pomeranos**: Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul - Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 1995. 75p.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980. 236p.

SATTER, Almir; TEIXEIRA, Renato. 1990. In: PANTANAL. **Tocando em frente**. Manaus (AM): Universal, 2008.

SCHIRMER, Lauro. Um legado em tom maior. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Orgs.). **Nós, os teuto-gaúchos** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996. p.108-112.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990. 103p.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 18, 1992.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004. 218p.

STUART, Hall. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p.143-164.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

WAIBEL, Leo. **Capítulo de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 326p.

WILLE, Leopoldo. **Pomeranos no Sul do Rio Grande do Sul: Trajetória – mitos – cultura**. Canoas/RS: Editora ULBRA, 2011. 88p.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946. 609p.

ZANOTELLI, Jandir João; DELLA VECHIA, Agostinho; ZANOTELLI, Ruth Avila. **Arquétipos Culturais e Desenvolvimento Social**. Pelotas: EDUCAT, 2003. 447p.

ZARTH, P. A. Colonização e ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.1, p.155-163, 2006.

APÊNDICES

APENDICE 1 - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Faixa etária:

Local de residência:

Há quanto tempo residem no bairro? Por qual motivo ou motivações a escolha deste local para moradia?

Origem da sua ascendência étnica? () alemã () pomerana

Qual sua origem e de sua família? Urbana ou rural? De que localidade/município?

Pertence a algum clube ou associação ou igreja, vinculado a manutenção da cultura teuta? Por qual motivo?

Mantém algum dialeto entre os membros da família?

Quais costumes e tradições culturais mantêm em seu cotidiano?

Qual a importância da manutenção de costumes e tradições para você?

Como os filhos participam na manutenção dos costumes e tradições da família?

Mencione algum lugar/marco da cultura alemã presente no bairro Três Vendas.